

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Título: Uma queda previsível do saldo comercial	3
Título: » Petrobrás.....	4
Título: O otimismo com o novo governo	4
Título: » Com a palavra.	6
Título: Tragédia de Brumadinho espalha medo ao redor de outras barragens.....	6
Título: Mineradoras pautam fiscalização	8
Título: ‘Brumadim’, onde todos perderam algo.....	9
Título: ‘Quem não preveniu, ou não fez a devida comunicação, foi a empresa’	11
Título: Os dribles à fiscalização que custam vidas	12
Título: Busca continua; 93 dos 121 mortos foram identificados	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	15
Título: Lodo e luto	15
Título: Indústrias de SP estudam entrar na Justiça contra reajuste da tarifa de gás.....	16
Título: Tributo a Brumadinho.....	17
Título: Vale já enfrenta cerco do INSS após tragédia.....	19
Título: Bancada da lama barra ações de segurança em barragens.....	21
Título: Deputado recebeu doação e atuou junto a órgão ambiental	24
Título: Dependente da Vale, cidade teme desemprego	25
Título: Fiscais de empresa de segurança prestaram serviços à Vale, diz jornal.....	27
VEÍCULO: O Globo.....	28
Título: A (re)descoberta de um Brasil	28
Título: A lama da Samarco	30

Título: As mineradoras precisam de uma Lava-Jato	30
Título: PORTA FECHADA	32
Título: AGU cobra medidas ‘concretas’ e critica ‘resistência’ da Vale	33
Título: Dano ambiental ameaça centenas de espécies	34
Título: Desastres colocam em xeque modelo de mineração no Brasil	36
Título: O Rio sob o fantasma de Brumadinho	38
Título: Cidades de MG que vivem do minério ficam em suspense	40
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	43
Título: Rigidez do solo é novo desafio às buscas.....	43
Título: União cobrará gastos	45
Título: Vale instala filtro no rio.....	46
Título: O sistema por trás do resgate.....	47
Título: Exercícios diários de perícia	49
Título: Mensagens reforçam tristeza	50
Título: Morte de uma guerreira	51
Título: Velocidade impediu alerta	52
Título: Medidas atrasadas	53

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 03/02/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Uma queda previsível do saldo comercial**

O superávit do comércio exterior (diferença entre exportações e importações) de US\$ 2,2 bilhões em janeiro de 2019 caiu a um terço do saldo de US\$ 6,6 bilhões observado em dezembro e também foi inferior ao de US\$ 2,8 bilhões registrado em janeiro de 2018. É um resultado fraco, mas, de certa forma, previsível, pois não fugiu ao padrão histórico sazonal – janeiro é um dos piores meses para o comércio exterior.

Ruim seria a repetição de saldos tão pouco expressivos nos próximos meses, pois o equilíbrio das contas cambiais tem no superávit comercial seu principal componente. O comportamento das exportações foi muito irregular: a média diária de US\$ 844,5 milhões superou em 9,1% a de janeiro do ano passado, mas foi inferior em 13,6% à de dezembro de 2018, que atingiu US\$ 977,8 milhões.

As exportações de produtos manufaturados em janeiro foram muito dependentes de um único item – plataformas de exploração de petróleo. O comportamento das importações foi um pouco melhor: a média diária de US\$ 744,8 milhões superou em pouco mais de 15% tanto a de dezembro como a de janeiro de 2018, segundo a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia.

Mas também foi influenciado pelas plataformas de petróleo, que afetaram os dados de importações ainda mais do que o de exportações. O comércio exterior de janeiro sofreu grande influência do intercâmbio com a Ásia e com a América do Sul. A participação das vendas para a China nas transações totais aumentou de 19,8% em janeiro de 2018 para 21,9% em janeiro de 2019, enquanto cresceram, em igual período, de 29,8% para 34,2% as vendas para a Ásia.

Já o peso das exportações para a América do Sul caiu de 17,1% para 12,1% em igual período, devido à queda das vendas para a Argentina (em especial, de automóveis, veículos de carga e autopeças) e para outros países do Mercosul. Nos últimos 12 meses, até janeiro, as exportações foram de US\$ 241,4 bilhões e as importações, de US\$ 183,4 bilhões, deixando um saldo comercial de US\$ 58 bilhões, bem inferior ao saldo de US\$ 67 bilhões registrado nos 12 meses anteriores. Uma nova queda do superávit é prevista para este ano, mas

dependerá do ritmo da atividade econômica. Crescimento mais acelerado da economia torna muito provável um novo avanço das importações.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Luana Pavani

Título: » Petrobrás.

Alto escalão

A Petrobrás fará nova indicação para a diretoria de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão, já que Lauro Cotta alegou motivos particulares para não aceitar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Affonso Celso Pastore

Título: O otimismo com o novo governo

O comportamento dos preços dos ativos indica que há um enorme otimismo com relação ao programa econômico do novo governo. O ministro da Economia quer executar políticas econômicas baseadas no cumprimento de contratos, na correção das distorções tributárias, na exposição das empresas privadas à competição, com incentivos à busca de mais produtividade, com uma política monetária sólida e, acima de tudo, garantindo uma trajetória sustentável da dívida pública.

Nos últimos anos o Brasil afastou-se mais e mais dos países de rendas per capita mais elevadas e dos emergentes de melhor desempenho, e precisa retomar uma trajetória sustentável de crescimento. Em boa hora, voltaram ao debate temas como a privatização de e a intensificação dos investimentos em infraestrutura.

Há evidências abundantes de que a gestão das empresas produtivas por parte do setor privado é muito mais eficiente do que por parte do governo, e não há razões pelas quais o Brasil não deva realizar, no mínimo, a privatização total do sistema de refino e distribuição de petróleo, e da geração e distribuição de energia elétrica. Nem há razões pelas quais através de leilões competitivos não sejam concedidos ao setor privado os aeroportos, portos, ferrovias e estradas de rodagem.

Para que a sociedade internalize os ganhos destes investimentos é preciso que o governo se apresse em fortalecer as agências reguladoras, blindando-as contra as indicações políticas para torna-las independentes e eficazes. Com a baixa taxa real de juros permitida pela política monetária sólida e pela necessária e urgente consolidação fiscal, os recursos para tais investimentos serão mobilizados pelo mercado privado de capitais, fugindo das consequências negativas dos subsídios canalizados através dos bancos estatais.

Da mesma forma, voltou ao debate o tema da abertura da economia. Ao negligenciar nos investimentos em infraestrutura e abusar de incentivos fiscais e creditícios o País foi perdendo competitividade. Criou-se o mito que a nossa baixa competitividade derivava apenas e tão somente do câmbio sobrevalorizado, com o setor privado pressionando o governo por mais incentivos que compensassem a "fatalidade cambial", sem atinar para o fato de que na busca da solução estava agravando ainda mais as distorções.

Foi essa dinâmica perversa que levou ao crescimento do protecionismo, quer na forma de tarifas elevadas sobre as importações, quer na forma de medidas não tarifárias, como os índices de conteúdo nacional. O fechamento da economia é um dos efeitos colaterais do crescimento do capitalismo de compadrio, que floresce em uma situação como esta, e no qual não há recompensa para os ganhos de eficiência e o aumento de produtividade, mas apenas para indivíduos com ligações políticas.

Estes são apenas alguns exemplos de ações voltadas à retomada do crescimento. O governo se propõe a fazer muito mais. Mas nada disto terá eficácia sem que seja enfrentado o desafio da consolidação fiscal. É a incerteza neste campo que nos últimos anos derrubou as taxas de investimento, e sem o aumento dos investimentos não haverá a retomada do crescimento.

O ministro da Fazenda tem repetido exaustivamente que a consolidação fiscal começa com o cumprimento a curto, médio e longo prazo do teto constitucional para os gastos primários do governo federal, mas isto somente será possível com a aprovação de uma robusta reforma da previdência. Não se trata de qualquer reforma. Para que ela faça justiça à expectativa extremamente otimista do setor privado refletida na valorização das ações, na queda das cotações do CDS brasileiro e das taxas de juros mais longas, terá que gerar nos próximos 10 anos uma economia superior aos R\$ 850 bilhões da proposta original de Temer, antes que esta fosse desidratada nas negociações com o Congresso.

Uma reforma da previdência desta magnitude não esgota o estoque de ajustes necessários para a consolidação fiscal, mas é fundamental para que esta ocorra. Não será uma tarefa fácil. O governo terá de enfrentar as pressões das

corporações e aprová-la no Congresso, o que requer um maciço apoio da sociedade. Para tanto, precisa se convencer e convencer a sociedade de que a recompensa é elevada, porque, sem essa reforma, todas as demais perderão sua eficácia, condenando o País a mais um prolongado período de crescimento medíocre.

EX-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL E SÓCIO DA A.C. PASTORE & ASSOCIADOS.
ESCREVE QUINZENALMENTE

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais

Título: » Com a palavra.

Coluna do Estadão

A Renova, fundação criada para administrar as reparações às vítimas do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, diz que foram destinados R\$5,2 bilhões para 42 frentes de atuação em 39 municípios. Segundo a AGU, a Renova resiste em cumprir suas obrigações.

COM JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Fernando Scheller - ENVIADO ESPECIAL CONGONHAS E NOVA LIMA (MG)

Título: Tragédia de Brumadinho espalha medo ao redor de outras barragens

Na cidade histórica de Congonhas (MG), 10 mil pessoas vivem em área de risco em caso de problema na estrutura da CSN, uma das maiores do continente; situação não é isolada: segundo agência federal, 73 barragens têm risco médio ou alto de rompimento no País

A ameaça potencial às comunidades localizadas ao redor de barragens de mineração se tornou palpável após a tragédia de Brumadinho mostrar que a lama dos rejeitos de minério de ferro tem força para varrer bairros inteiros, deixando um rastro de morte. Na cidade histórica mineira de Congonhas, a comunidade Gualter Monteiro – residencial formado há três décadas, com 2 mil habitantes – é vista pela prefeitura como um risco iminente. Considerando bairros vizinhos, o total de vulneráveis a uma das maiores barragens da América Latina seria de 10 mil pessoas.

Dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) mostram que a situação de comunidades próximas à mina Casa de Pedra, da CSN Mineração, está longe de ser caso isolado. O relatório mais recente do órgão aponta que 73 barragens do País são de risco médio ou alto – ou seja, exigem atenção maior do que a Casa de Pedra, classificada como de baixo risco pela agência reguladora, a exemplo do que ocorria com a da Vale em Brumadinho.

Uma pergunta que costuma surgir quando bairros inteiros ficam à mercê de um desastre é: será que essas pessoas não tinham noção do perigo? Embora a mina da CSN exista há bastante tempo, moradores de Gualter Monteiro dizem que, na época em que receberam a doação de terrenos da Prefeitura, no fim dos anos 1980, a operação era bem menor. Os lotes no "baixadão" eram apenas uma chance de ter casa própria.

"Piscina". Pioneiros do bairro, como a faxineira Vânia da Silva Costa, de 50 anos, dizem que o tamanho da barragem se multiplicou. Por vários anos, a água que escorria da mineração era opção de lazer. "Era uma piscina que batia aqui na cintura. A gente levava os meninos lá para tomar banho", diz Vânia, que vive na área há mais de 20 anos.

Embora a tensão tenha crescido desde a tragédia de Brumadinho, reuniões comunitárias visando à desativação da barragem da CSN ocorrem desde o ano passado. A Prefeitura de Congonhas afirma que o esvaziamento do depósito de rejeitos é uma bandeira da administração. E diz ter exigido que a CSN instalasse sirenes e placas de sinalização na região.

As placas verdes fixadas nos postes de luz, porém, recomendam algo que intuitivamente a população já faria: procurar um lugar mais alto caso o lamaçal desça o morro. Moradores das partes mais baixas teriam de correr quatro quadras ladeira acima para chegar ao terreno baldio sugerido como ponto de encontro. Idosos e deficientes, que não têm como fugir em disparada, estão se apegando à oração. "Minha mãe chora de noite e só reza", diz Maria de Lourdes Oliveira, de 56 anos, que cuida da pensionista Elza, de 82 anos.

O temor de uma eventual tragédia fez a família mudar de bairro em 2018. Porém, desde o acidente de Mariana, o valor das casas em áreas de risco começou a despencar. Hoje, uma residência em Gualter Monteiro vale cerca de R\$ 40 mil. Elza e Maria de Lourdes arrecadavam R\$ 600 com a locação do imóvel próprio, mas tinham de pagar R\$ 900 em outro lugar. "O dinheiro fazia falta", conta a filha. "O jeito foi voltar."

Embora a comunidade busque a desativação da barragem da Casa de Pedra, até esse tema virou fonte de temores. "A barragem de Brumadinho rompeu quando

eles estavam fazendo a desativação – e se a mesma coisa acontecer aqui?", questiona Antônio Maia, de 57 anos.

Procurada, a CSN não comentou. Uma fonte do setor lembrou que a companhia quer migrar para a mineração a seco – que dispensa água e, por consequência, barragens. Há expectativa de a companhia acelerar o processo após Brumadinho.

Sair ou ficar. O dilema de Congonhas é replicado em outras regiões de Minas Gerais. Um dos principais municípios da Grande BH, Nova Lima tem 90 mil habitantes e concentra 26 barragens. Nas últimas duas semanas, a tensão em bairros da cidade que são considerados áreas de risco também aumentou – a comunidade do Galo Velho, formada em parte por áreas de invasão, está localizada nas proximidades de uma planta de processamento de ouro da multinacional Anglo Gold Ashanti.

Não muito longe da casa de Olga Pires dos Reis, de 77 anos, a mineradora instalou em 2018 sirenes destinadas a alertar moradores sobre eventuais incidentes – a empresa explica que se trata de uma medida para cumprir uma recente mudança na legislação. A Anglo Gold também está rodando as residências da comunidade para realizar um cadastro dos moradores, mas nega a informação que circula no bairro de que planeje remover parte das famílias que vivem perto de suas barragens.

Depois da tragédia do último dia 25, Olga diz que voltou a se preocupar sobre a posição vulnerável da casa em que vive há 60 anos – e onde deu à luz seis de seus dez filhos. "Tenho muito medo. Se alguma coisa acontecer aqui, seríamos os primeiros a ser atingidos."

Porém, como boa parte da família se instalou em terrenos próximos, a dona de casa acabou por desistir da mudança para continuar perto de quatro de seus irmãos, dos filhos e dos netos que moram no bairro do Galo. Na dúvida entre sair e ficar, a família aprofundou raízes: no momento Cátia, uma das filhas de Olga, constrói sua casa própria atrás da residência da mãe.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Fernando Scheller

Título: Mineradoras pautam fiscalização

Embora existam órgãos estaduais e federais para controlar os impactos ambientais da mineração, o setor vive uma espécie de autorregulação. "O governo divulga dados fornecidos pelas empresas. Não há gente suficiente para

fiscalizar", diz Marcelino Edwirges, presidente do Sindicato na Indústria da Extração do Ouro de Nova Lima e região.

Procurada para comentar as barragens de maior risco em Minas Gerais, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente destacou que a responsabilidade pela fiscalização é da Agência Nacional de Mineração (ANM). A secretaria lembrou que os próprios empreendedores têm de monitorar e garantir a segurança das barragens.

Procurada diversas vezes ao longo da semana por telefone e e-mail, a ANM não respondeu os contatos da reportagem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges ENVIADO ESPECIAL

Título: 'Brumadim', onde todos perderam algo

Cidadezinha pacata, onde "nada acontece nunca", viu sua memória desaparecer em poucos minutos e agora tem dificuldade em retomar rotina

Brumadim. Há algo de intimidade na fala mineira. Em uma palavra, revela mais que um sotaque ou diminutivo. Põe para fora o acolhimento dessa gente e sua relação com terra, famílias, casas, ruas e trilhas. Muito disso se perdeu na lama. Brumadinho está viva, mas em estado de choque e, como os seus, também procura por uma carteira de identidade.

A Brumadim, a cidadezinha pacata onde "nada acontece nunca", viu sua memória desaparecer em poucos minutos na sexta-feira, levada por uma avalanche de rejeitos. Seus 40 mil habitantes não reconhecem mais o rosto da cidade, que se transformou em outra coisa. E não sabem mais como será daqui para a frente.

No balcão improvisado do Sindicato de Oficiais de Registro Civil de Minas Gerais, no bairro de Casa Branca, um ponto próximo da barragem, duas voluntárias estão a postos para atender vítimas que perderam documentos. Em um formulário, anotam os dados das pessoas para emitir a segunda via de certidões de nascimento e casamento. "Certidões de óbito, também", diz a atendente Denise Parreira.

No primeiro dia de trabalho, só duas pessoas passaram por ali para pedir certidões. "Essa procura pelos documentos ainda vai demorar." Pela estrada de terra que leva até a região das barragens da Vale, um grupo de mais de 20

ciclistas transpirava na manhã de ontem. Alguns comércios voltaram a abrir as portas.

Na noite de sexta, um restaurante, que ficou dias fechado, colocou plaqueta na porta para avisar que estava funcionando, mas que não haveria música ao vivo. "Estamos em luto pelas famílias atingidas pela tragédia. Paz".

Em Brumadinho, todos perderam alguém ou alguma coisa. Por onde se olha na cidade, se colhem os relatos sobre parentes e amigos desaparecidos ou mortos. A cidade segue obstruída. As três principais estradas que a ligavam a outros municípios do interior e a Belo Horizonte estão cobertas pelo barro.

Na sexta, agentes da prefeitura começaram a retirar a lama de uma delas, na tentativa de abrir o caminho. Tiveram de paralisar os serviços logo de início, porque encontraram uma vítima. Foi preciso chamar o Corpo de Bombeiros. Nas outras duas estradas, o prazo para recolher todo o barro ainda é desconhecido, dado o volume descomunal do lixo podre.

No calor dos fatos, a prefeitura da cidade jurou que, concluídos os trabalhos de busca pelas mais de 200 pessoas que permanecem desaparecidas, a Vale terá de retirar cada grama de rejeito que lançou sobre o município. A ver. Com seus 70 anos de idade, Ernestina Rodrigues de Miranda, nascida em Brumadinho, espera menos que isso.

"Eles têm de tirar a lama, pelo menos, dos lugares pra gente passar, não é mesmo? Senão fica difícil demais assim." Jiló. Nos pequenos sítios, trabalhadores começam a voltar lentamente ao trabalho. O gado que sobreviveu e se espalhou pelas montanhas tem sido recolhido pelos donos. De enxada em punho, Nilton Geraldo Rodrigues capina a grama em volta de sua plantação de jiló, bem ao lado do lamaçal da Vale.

"O jiló está vivo, olha só. Isso aqui, meu amigo, você coloca num franguinho refogado. Fica uma coisa." A onda de rejeitos que invadiu o sítio devastou cinco hectares de sua plantação de cana. A pequena lagoa onde ele pescava com os três netos está agora debaixo de mais dez metros de lama. "Pra nós, tem um antes e um depois. Esse lugar nunca mais vai ser igual", diz o camponês.

"Só resta pra gente trabalhar e tocar a vida." Ninguém mais espera que Brumadinho volte a ser a mesma cidade. Seu povo diz que, depois da catástrofe, será outra. "A esperança é de que volte a ser um lugar bom pra gente viver", diz Rodrigues. O desejo é de que volte a ser Brumadim.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 03/02/2019****Seção: Metrópole****Autor: Gilberto Amendola Victor Vieira****Título: 'Quem não preveniu, ou não fez a devida comunicação, foi a empresa'**

Entrevista

Fernando Pimentel (PT), ex-governador de Minas

Pimentel destaca ações pós-Mariana e alega ter recebido "um enorme estoque de processos ambientais"

O ex-governador de Minas, Fernando Pimentel (PT), falou ontem com o Estado pela primeira vez sobre a tragédia de Brumadinho. Ele destacou as ações tomadas após o acidente de Mariana e afirmou ter herdado "um enorme estoque de processos ambientais".

Sua administração errou ao não prevenir a tragédia em Brumadinho? O que sua gestão poderia ter feito?

Nosso governo atuou, desde 2015, prontamente para responder ao desastre de Mariana com um grande esforço para superar aquele momento, inclusive com a criação de uma força-tarefa que atendeu à emergência e reviu todos os procedimentos de licenciamento e fiscalização. Além disso, considerando ter havido um acidente (com vítimas) semelhante, com uma barragem do mesmo método construtivo (à montante) em operação no governo tucano, em 2014, da empresa Herculano, adotamos em 2016 uma ação ainda mais incisiva que foi a proibição de construção de novas estruturas com esse método em Minas Gerais. Essa medida foi recomendada por um grupo de especialistas que se reuniu, a nosso pedido, para debater esta e outras ações preventivas na sequência do desastre. Na tragédia de Brumadinho, quem não preveniu, ou não fez a devida comunicação, foi a empresa e suas subcontratadas. E isso fica cada vez mais evidente à medida em que vão sendo reveladas as falhas e omissões da Vale na operação da barragem que se rompeu.

Por que o Executivo, com a Lei 21.972/2016, tirou do Conselho de Política Ambiental a competência exclusiva de decidir sobre o licenciamento de parte dos pedidos de licenciamento? Por que só caberá ao Estado definir se os empreendimentos são de baixo ou grande risco? Não há prejuízo na falta de participação de outros entes sociais?

Quando assumimos o governo do Estado, herdamos, entre outros passivos, um enorme estoque de processos de licenciamento ambiental, de variadas complexidades, desde simples postos de combustível até operações de grandes

complexos minerários. Criamos também uma força-tarefa para propor à Assembleia a reestruturação administrativa do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, considerado então extremamente ineficiente. Esse grupo observou que a tarefa do Copam (Conselho Estadual de Política Ambiental) era de analisar projetos de maior complexidade, onde se inserem as principais questões sociais. E isso foi mantido. A classificação de projetos e atividades quanto ao porte e potencial degradador é do Copam. Está garantida a participação de outros entes sociais na análise. O Copam é conselho paritário, ao qual a lei confere ampla participação da sociedade, por meio de universidades, ONGs, entidades de classe e setor econômico. Quaisquer outros entes sociais e qualquer cidadão também podem participar das audiências públicas e das reuniões do conselho.

Segundo especialistas, a possibilidade de conceder licença prévia, licença de instalação e licença de operação ao mesmo tempo reduz as chances de identificar potenciais impactos e planejar possíveis soluções para reduzir, evitar e mitigar os impactos ambientais...

Também há especialistas na área do sistema nacional de meio ambiente e na área do licenciamento ambiental que sustentam que a adoção do procedimento trifásico (fases sequenciais) ou do aglutinado (fases conjuntas) não reduz nem aumenta a identificação de impactos. Cabe esclarecer o que é licenciamento e o que é avaliação de impacto ambiental. O que determina a identificação de potenciais impactos e o planejamento de possíveis soluções para reduzir, evitar e mitigar impactos ambientais são os estudos ambientais, matéria tratada diferentemente pela legislação. Vale ressaltar que, para qualquer atividade de minério de ferro em Minas Gerais, nossa lei exige o EIA, o relatório mais complexo dentre todos os previstos na esfera ambiental.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Priscila Mengue

Título: Os dribles à fiscalização que custam vidas

Casos podem ser previstos, dizem experts; pelo mundo, problemas estão em alta

Em 2014, foi a mina de Itabirito (MG) que se rompeu e matou três pessoas. No ano seguinte, veio o caso de Mariana, deixando 19 vítimas. Agora, foi Brumadinho, que soma até agora 121 mortos e 226 desaparecidos. O que explica que o mesmo País tenha registrado três dos maiores desastres com barragens de minério da última década?

Ao Estado, especialistas apontaram que a legislação não é a maior culpada, mas, sim, o "jeitinho" e a "gambiarra", que driblam a fiscalização, o monitoramento e até as punições. Outro ponto que coloca o Brasil em destaque é o número de vítimas, em parte pela frequente existência de comunidades e estruturas de trabalho ao lado das barragens.

O rompimento da barragem de Mount Polley no Canadá, por exemplo, chamou a atenção da comunidade mundial pelo volume de 24 milhões de m³ de rejeitos tóxicos liberados na natureza. Fora de uma área de concentração humana, deixou impactos menos evidentes, mas também danosos, especialmente na natureza, o que também afetou comunidades indígenas da região. O resultado de tudo isso? A empresa voltou a operar no local em menos de um ano, em 2015, e moveu uma ação contra seus engenheiros.

Por outro lado, um exemplo positivo vem do Chile. Por ter uma grande atividade sísmica, o país é mais propenso a acidentes e incidentes e, por isso, proíbe o modelo de barragem de Mariana e Brumadinho desde os anos 1970. Além disso, exige o envio de dados de monitoramento de empresas, como a Antofagasta PLC, que disse à Bloomberg ter 76 instrumentos instalados para recolher dados 24 horas por dia.

"Não tem fatalidade. Acidentes podem ser previstos", ressalta Sérgio Medici Eston, professor de Engenharia de Minas da Universidade de São Paulo (USP). O professor aponta que o País precisa de uma "cultura de gerenciamento de risco", o que inclui desde a adoção de tecnologias e materiais seguros até programas de capacitação e sensibilização nas companhias.

Medici defende também mudanças na fiscalização que, hoje, é feita por ao menos 31 diferentes órgãos, segundo levantamento de 2017 da Agência Nacional de Águas (ANA). Para ele, é necessário criar um órgão regulador específico para barragens de mineração, que centralize a fiscalização e que tenha mais agentes. "Quando pulveriza, ninguém acha o culpado."

Já Alex Cardoso Bastos, um dos colaboradores do relatório "Mine tailings storage: safety is no accident", de 2017, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep), comenta que hoje o minério é um tema que perpassa tanto a Agência Nacional de Mineração, que faz a licença da lavra, quanto o Meio Ambiente, por causa do licenciamento. "É preciso olhar, também, para o minerador menor, os pequenos vazamentos que não são nem reportados", diz o também professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). "A nossa legislação é tão ou mais rigorosa do que a dos demais países, precisa mexer em pouca coisa. Falta mais é fiscalização. Passaram três anos do caso de Fundão e ninguém foi punido", completa Eduardo Marques, professor de Engenharia na Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Panorama. Em todo mundo, de 1908 a 2017, foram identificadas ao menos 119 falhas consideradas graves e muito graves em barragens. O número vem crescendo. De 1998 a 2007, foram 19 casos, enquanto ocorreram 27 no período posterior, segundo a organização americana World Mine Tailings Failures.

"(O Brasil) não tem o suficiente em sua lei para evitar perdas nem capacidade técnica para supervisionar adequadamente as operações com vistas à prevenção de perdas", disse ao Estado Lindsay Bowker, diretora executiva da organização. Entre as falhas na nossa legislação, diz ela, está a possibilidade de os donos transferirem a propriedade de uma mina danificada, sem resolver os problemas criados.

Em sete anos, o Brasil teve ao menos 24 acidentes e 52 ocorrências de menor porte – incidentes –, conforme relatório da ANA. Os casos deixaram ao menos 31 mortos, além de impactos ambientais e sociais. O acidente é quando se compromete a integridade estrutural, com liberação incontrolável do conteúdo da barragem. Já o incidente é qualquer ocorrência na estrutura que afete o comportamento da barragem, como pequenos rompimentos, que podem levar a acidentes.

O documento ressalta que podem ter havido mais incidentes e acidentes não reportados à ANA e a fiscalizadores. Há 24.093 barragens cadastradas no País – 42% não têm "ato de autorização, outorga e licenciamento" e, em 76%, não está definido se a barragem é submetida à Política Nacional de Segurança de Barragens (que prevê regras de segurança) "por falta de informação". Do total, 790 são de rejeitos de minério.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/02/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Busca continua; 93 dos 121 mortos foram identificados

O Corpo de Bombeiros informou ontem que o número oficial de mortos subiu para 121. Já foram identificados até agora 93 corpos. Continuam desaparecidas 226 pessoas, grande parte de funcionários da Vale. Os trabalhos de bombeiros, militares, voluntários e cães farejadores foram retomados na manhã deste sábado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 03/02/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Marcelo Leite**Título:** Lodo e luto

Brumadinho soa sinal de alerta para Bolsonaro e sua cruzada antiambiental

Culpar o governo de Jair Bolsonaro (PSL) pela tragédia de Brumadinho seria injusto. Com menos de um mês no poder, ele e seu ministério não teriam como prever, nem prevenir um desastre dessa proporção dantesca.

As prováveis centenas de mortes, contudo, lançam uma enorme obrigação moral em suas costas. Com quatro anos pela frente, há tempo suficiente para resolver de uma vez por todas a inacreditável incompetência dos setores privado e público para dar segurança às populações vizinhas de empreendimentos minerários.

Em lugar de tuitar como se não houvesse amanhã, o presidente e a prole hiperativa (quando não enrolada) deveriam dedicar muita atenção ao problema. Inspirem-se no exemplo de Michel Temer (MDB), que pouco ou nada fez para evitar que o derramamento em Mariana se repetisse.

Temer, a seu modo, também poderia alegar que o mandato caído em seu colo teria sido curto demais para resolver qualquer coisa. Seria mentira, claro. Ele foi durante anos o vice de Dilma Rousseff (PT), aquela ministra de Minas e Energia, depois chefe da Casa Civil, que pôs Marina Silva (Rede) para fora do governo Lula.

Após chegar ao Planalto, Temer, o arquiteto do impeachment, continuou descendo a ladeira ensaboada pelos ruralistas do Congresso. A agenda deles, ninguém se engane com a ladainha "agro é tech, agro é tudo" é tornar o licenciamento ambiental inócuo, congelar o reconhecimento de terras indígenas e obter perdão para suas dívidas.

Bolsonaro se elegeu prometendo mais que isso. Para aplacar o ressentimento de pescador autuado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama), planejava emasculá-lo. Chamou para dentro do palácio a fina flor do ruralismo, com Ricardo Salles no Meio Ambiente e Tereza Cristina na Agricultura.

Não contente com isso, sacou do Ministério da Justiça a Fundação Nacional do índio (Funai) e a fatiou, entregando os pedaços para fundamentalistas da estirpe de Luiz Antonio Nabhan Garcia e Damares Alves. Uma maneira pouco

sutil de sinalizar que pretende cumprir a promessa de nenhum centímetro mais de terras indígenas.

Um ruralista pode reclamar que sua turma nada tem a ver com mineração. É meia verdade. Não faltam empresários e executivos, nos setores agropecuário, mineral e energético, interessados como eles em menos regulamentação e nenhuma fiscalização.

Aqui chegamos: Bento Rodrigues e o Córrego do Feijão inundados por rejeitos. Frutos de um desenvolvimento esquizofrênico, que soma o enrijecimento da legislação ambiental, após a Constituição de 1988, com burocratização, obstrucionismo e subfinanciamento dos órgãos —não só os federais— encarregados de aplicá-la.

Bolsonaro que fique esperto. Assim como põe em risco relações diplomáticas tecidas pacientemente pelo Itamaraty ao se agachar diante dos EUA e cantar de galo com a China, o retrocesso que pretende impor ao controle ambiental acabará, mais dia menos dia, por prejudicar a imagem de produtos brasileiros de exportação.

Só o Brasil e alguns poucos países, como Venezuela, Filipinas e Estados Unidos, caminham para trás. O restante do mundo, não. Tomara o estrondo de lodo e luto em Mariana e Brumadinho lhe sirva como toque de alvorada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Indústrias de SP estudam entrar na Justiça contra reajuste da tarifa de gás

Mercado Aberto

Parte da indústria de São Paulo foram surpreendidos pelo reajuste da tarifa do gás na área da concessão da Comgás, de 33%, e estuda medidas jurídicas e administrativas.

A Arsesp, agência que regulamenta o saneamento e a energia no estado, publicou a revisão na sexta-feira (1).

“Estudamos o assunto e vamos incluir todas as possibilidades de questionamento da agência em várias esferas”, diz Carlos Cavalcanti, diretor de infraestrutura da Fiesp.

A última notícia sobre os preços do gás havia sido divulgada pela Arsesp em outubro, o que fez com que os consumidores não soubessem qual seria a intensidade do reajuste, afirma Cavalcanti.

A falta de dados não é responsabilidade da Arsesp, mas do fornecedor de gás, segundo Paulo Góes, diretor de relações institucionais da agência.

“Para termos as informações, é fundamental que disponhamos dos faturamentos da Petrobras para o distribuidor do gás, que não tem recebido as faturas.”

As indústrias estimavam que o reajuste seria entre 15% e 18%, e não de 33%, segundo Lucien Belmonte, superintendente da Abividro.

“O barril de petróleo está mais baixo do que o do último cálculo, em maio de 2018, e o dólar está próximo. Estamos com ódio no coração. Analisamos medidas administrativas e jurídicas.”

O mecanismo de reajuste prevê correção da flutuação de preços e câmbio de um exercício passado no ano seguinte. Esse valor foi superestimado, afirma Belmonte.

“Não é só esse ajuste, há ainda a atualização do custo do próprio gás”, diz Góes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/02/2019

Seção: Tendências/Debates

Autor: Ricardo Salles

Título: Tributo a Brumadinho

Impedir nova tragédia é ato de respeito às vítimas

Ministro do Meio Ambiente e ex-secretário estadual de Meio Ambiente de SP (2016-17, gestão Alckmin)

O Brasil está de luto pelas vítimas de Brumadinho. Independentemente do resultado das investigações sobre as causas e consequências da tragédia, o fato é que a questão principal são as vidas e famílias ceifadas pela avalanche de lama que desceu sobre as instalações da empresa, sobre pousadas, casas e áreas próximas, as quais não poderiam ter sido construídas ou mantidas no local onde estavam.

Há consenso de que grande parte das consequências de tal tragédia poderia ter sido evitada se um rol de medidas houvesse sido adotado, tais como o

impedimento de se manter refeitórios e escritórios logo abaixo da barragem, ou ainda se apropriar já houvesse sido descomissionada pela empresa, que desde a tragédia de Mariana, há cerca de três anos, já teve tempo mais do que suficiente para fazê-lo em todas as 19 barragens antigas, construídas no sistema a montante.

Dentre essas, ainda restam dez barragens a serem descomissionadas e que, diante dessa tragédia, serão finalmente desmontadas. A responsabilidade da empresa é patente e, portanto, deverá responder de forma exemplar.

Por outro lado, a fragilidade legislativa em geral e a deficiência estrutural dos órgãos de controle e fiscalização certamente não contribuíram para evitar mais essa tragédia que comove os brasileiros e, em especial, este que esteve no local poucas horas depois do ocorrido.

Na medida em que vão sendo divulgados imagens, laudos, documentos e fatos, vai se consolidando o entendimento de que houve uma gama de fatores que concorreram para a tragédia, e que providências enérgicas precisam ser tomadas para punir os responsáveis e se evitar o risco de que se repita novamente.

Do ponto de vista legal e regulatório, faz-se necessária a urgente revisão das normas de licenciamento de barragens, fazendo com que critérios muito mais rigorosos sejam adotados, assim como indicadores e normas de monitoramento e fiscalização mais confiáveis.

À estruturação de equipes mais robustas e com treinamento adequado soma-se a viabilização orçamentária compatível com a necessidade e responsabilidade da tarefa licenciadora e fiscalizatória.

A tragédia humana que se abateu sobre nós é de tamanha dimensão que ainda torna muito difícil refletir com serenidade sobre as questões técnicas e legais sem ser tomado pela emoção e pelo sentimento de pesar. Entretanto, importante consignar algumas ponderações acerca da necessidade de termos um sistema mais coerente, eficiente e eficaz na identificação dos riscos e necessidades de prevenção para que casos como esse nunca mais se repitam.

Desenhar um sistema em que os diversos órgãos estaduais e federais envolvidos no licenciamento e na fiscalização possam atuar em conjunto desde o princípio, trocando informações relevantes e consultando-se reciprocamente a todo momento, parece ser medida de rigor nesse momento. Há um grande acervo de informações e dados estatísticos disponíveis nas mais diversas esferas, mas nem sempre eles são compartilhados na profundidade e na rapidez necessárias.

Além disso, o foco no treinamento e manutenção de equipes mais especializadas requer permanente esforço de gestão dos órgãos ambientais e regulatórios, na identificação de suas prioridades e na viabilização de forma prática e objetiva de suas medidas de implementação.

Para além das deficiências em recursos humanos e orçamentários, que há décadas vêm sucateando estruturas fundamentais, a perda de foco em gestão e eficiência tem feito com que os recursos escassos sejam muitas vezes ainda mal aplicados e mal geridos.

Desse modo, é neste momento solene de luto e respeito profundo às vítimas e familiares que se impõe o debate sereno e comprometido acerca das necessárias mudanças legislativas e procedimentais, bem como das medidas que combatam a impunidade e a ineficiência das normas regulatórias. Façamos do trabalho sério e comprometido um tributo em memória daqueles que se foram.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Clayton Castelani

Título: Vale já enfrenta cerco do INSS após tragédia

Previdência Social vai solicitar ressarcimento de recursos para vítimas; empresa diz que arcará com despesas devidas

São Paulo - A AGU (Advocacia-Geral da União) instaurou um procedimento para apurar e cobrar da Vale despesas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), com o pagamento de benefícios previdenciários dos segurados.

O pedido de ressarcimento se refere a vítimas do rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG).

O levantamento do órgão poderá resultar em uma ação regressiva coletiva, a exemplo do que ocorreu após o desabamento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em novembro de 2015.

Na ação de Mariana, a AGU cobra da empresa Samarco, que também possui participação da Vale, o pagamento de R\$ 6,5 milhões relativos a pensões por morte concedidas para famílias de vítimas.

O processo, que tramita na Vara Federal de Ponte Nova (MG), ainda não foi julgado.

Esse tipo de cobrança judicial está previsto desde 1991 na legislação previdenciária do país e é aplicado a empresas consideradas negligentes quanto à segurança individual ou coletiva ao desempenhar a sua atividade.

Entre as irregularidades atribuídas à Samarco no caso da barragem de Mariana estão terceirização ilícita e falhas no serviço especializado em engenharia de segurança e medicina do trabalho, no programa de gerenciamento de riscos, no plano de emergência e no treinamento dos trabalhadores.

Em relação a Brumadinho, uma equipe de trabalho especializada em ações regressivas da Procuradoria-Geral Federal vai apurar a extensão da despesa previdenciária gerada com a perda de vidas e outras situações de segurados que foram vítimas.

Em razão do número de atingidos em Brumadinho, o valor da ação tem potencial para superar o de Mariana e se tornar um dos maiores processos da história quanto ao valor a ser ressarcido por uma única empresa para a Previdência.

Enquanto em 2015 foram contabilizadas 19 vidas perdidas, o episódio do 25 de janeiro já soma 115 mortos — 71 identificados, dos quais 36 eram trabalhadores da Vale e outros 35 eram terceiros ou moradores, segundo a contagem oficial divulgada na sexta-feira (1°).

Das 248 pessoas consideradas desaparecidas, 94 são funcionários próprios da mineradora, que, na área, explorava minério de ferro.

De acordo com a AGU, a ação regressiva não ficaria restrita à cobrança de benefícios envolvendo funcionários da empresa, mas a todos os segurados ou dependentes que requisitarem benefícios em consequência do rompimento da barragem.

Além das pensões por morte devidas aos familiares, a tragédia poderá resultar em aposentadorias por invalidez, auxílios-doença e auxílios-acidente para os sobreviventes.

Ao todo, 714 pessoas foram atingidas pelo rompimento da barragem em Brumadinho, segundo a contagem da Defesa Civil de Minas Gerais.

A definição do valor da nova ação regressiva contra a Vale ainda pode levar algum tempo, pois o levantamento das despesas também depende do resgate e identificação das vítimas.

O INSS informou ter iniciado na quarta-feira (30) um atendimento especial para requerimentos de benefícios previdenciários e assistenciais na região de Brumadinho.

O trabalho é realizado na agência da Previdência do município e em um posto auxiliar, instalado no Serac (Serviço de Atendimento ao Cidadão) da Câmara Municipal.

O atendimento exclusivo às vítimas ou a seus parentes será simplificado e o serviço da perícia médica também será adequado.

Procurada pela reportagem, a Vale informou que não foi notificada de nenhum processo por parte do INSS após acidente com a barragem da mina do Córrego do Feijão.

"A empresa vai arcar com todas as obrigações previdenciárias que forem devidas", disse, em nota.

A mineradora, dona da Samarco com a BHP Billinton, não comentou sobre o caso de Mariana.

Em 2018, a União ajuizou 376 ações regressivas com o objetivo de ressarcir o INSS das despesas geradas com benefícios concedidos a vítimas de acidentes de trabalho. A expectativa de reembolso é de R\$ 174 milhões.

O número de ações de 2018 é 34% inferior às 568 ações regressivas iniciadas em 2017, com a expectativa de ressarcimento de R\$ 6,2 bilhões.

Os dados do balanço da AGU não consideram apenas os casos envolvendo empresas, mas também outras situações em que cabem ações regressivas, como as geradas por benefícios concedidos em razão de violência doméstica e feminicídio.

Agora

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Reynaldo Turollo Jr.

Título: Bancada da lama barra ações de segurança em barragens

Deputados receberam doações, mas negam defender os interesses de empresas

Brasília - Uma pequena tropa de deputados eleita para a legislatura passada com doações de mineradoras é bem atuante nos assuntos do setor: propõe mudanças em textos que já resultaram em retirada de fiscalização, ocupa cargos chave em comissões e influencia o que passa na Câmara.

Principal expoente da agora chamada bancada da lama, devido ao rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), Leonardo Quintão (MDB-MG) recebeu em 2014 R\$ 2,1 milhões de mineradoras (42% do que arrecadou).

Em 2018, não se reelegeu, mas manteve sua influência, tornando-se assessor do Governo Jair Bolsonaro (PSL).

Nove deputados ativos em temas de mineração se reelegeram, como os mineiros Paulo Abi-Ackel e Domingos Sávio (ambos do PSDB), os paraenses José Priante (MDB) e Joaquim Passarinho (PSD), e os capixabas Evair Vieira de Melo (PP) e Sergio Vidigal (PDT).

Em 2017, ao aprovar a medida provisória (MP) que criou a Agência Nacional de Mineração (ANM), a Câmara derrubou uma taxa de fiscalização que viabilizaria vistorias presenciais em prol da segurança de minas e de barragens.

O texto aprovado foi o do relator da MP Quintão —que argumentou que a criação de uma taxa federal poderia inviabilizar a estadual já existente.

Desde 2014, quando uma comissão especial foi criada para discutir mudanças no Código de Mineração, o assunto esteve quente na Câmara. Naquele ano, de 52 membros da comissão, 23 se elegeram com recursos de mineradoras. Foi o último pleito com doações de empresas.

Com a tragédia de Mariana (MG) em 2015, o projeto da comissão não foi adiante, e arelação dos deputados com o setor ficou sob vigilância.

Nesse contexto, em 2017, o então presidente Michel Temer (MDB) decidiu fazer alterações na regulação do setor por meio de três MPs, movimentando novamente a tropa.

Uma dessas MPs foi a que criou a ANM, aprovada simbolicamente. Só uma emenda teve votação nominal. Ela previa audiências públicas para atos da ANM "que afetarem direitos de agentes econômicos, das comunidades impactadas e dos trabalhadores".

Apesar de a emenda ter passado, a maioria dos deputados do grupo da mineração na sessão votou contra.

Para identificar deputados ativos na bancada da mineração, a Folha considerou: 1) se ganharam doações de mineradoras em 2014; 2) se atuaram na tramitação das MPs em 2017, propondo emendas; 3) se integraram anteriormente a comissão que discutiu mudanças no Código de Mineração em 2014, ou a **Comissão Permanente de Minas e Energia**, por onde passam todos os projetos de interesse do setor na Câmara.

Marcos Montes (PSD-MG) foi um dos que atendeu a todos os critérios e um dos que mais recebeu de mineradoras em 2014 —em torno de R\$ 786 mil. Em 2018, ele concorreu a vice-governador na chapa derrotada de Antônio Anastasia (PSDB-MG).

Como ele, estão sem mandato outros dois figurões da bancada: Luiz Fernando Faria (PP-MG) e Gabriel Guimarães (PT-MG), que ganharam de mineradoras R\$ 785 mil e R\$ 317.5 mil, respectivamente.

Guimarães foi presidente da comissão do Código de Mineração, e Montes, vice-presidente. Ambos atuaram também na Comissão de Minas e Energia—da qual fazia parte a maioria do grupo.

Desde a tragédia em Mariana, chegaram à Câmara dois projetos para aprimorar a Lei de 2010 que instituiu a Política Nacional de Segurança de Barragens. Tiveram parecer favorável de duas comissões (Meio Ambiente e Integração Regional), mas emperraram na de Minas e Energia.

"A Comissão de Minas e Energia tem mais de 30 deputados financiados por mineradoras, é raposa tomando conta do galinheiro. É muito difícil você aprovar por conta do lobby no Congresso, que, aliás, funciona no Executivo, no Legislativo e no Judiciário", diz o autor de um dos projetos, Arnaldo Jordy (PPS-PA).

A segunda MP de Temer aprovada no Congresso acabou aumentando os royalties. O texto que passou foi uma emenda do relator, Marcus Pestana (PSDB-MG), eleito com doações de R\$ 200 mil de empresas do ramo.

Evair Vieira de Melo tentou, sem sucesso, usar a MP para tirar da lei uma punição a empresas que, reiteradamente, se recusarem a dar documentos à autoridade reguladora.

Ele recebeu de uma empresa ligada à mineração R\$ 50 mil em 2014 e compôs a comissão do Código de Mineração. Hoje, integra grupo que a Câmara criou para monitorar as apurações em Brumadinho.

Membros de bancada negam defender as empresas do setor

OUTRO LADO

Os integrantes da chamada bancada da lama negam defender os interesses das empresas de mineração em troca de doações em 2014.

"O fato de receber em 2014, quando a lei permitia, é uma decorrência natural da inclinação da economia mineira. Tenho sido duramente crítico ao setor desde Mariana", diz Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG).

José Priante (MDB-PA) afirma que, se foi construída uma legislação que não é eficiente na fiscalização, "temos que dar um jeito de consertar".

Joaquim Passarinho (PSD-PA) diz que deputados não têm conhecimento técnico para avaliar se a fiscalização é eficaz. "Acho que é uma falha de todos nós, mas não forma de proteger alguém."

Para João Carlos Bacelar (PR-BA), a influência das empresas é relativa. "Atuo no setor de mineração e estou coletando assinaturas para a CPI de Brumadinho."

Domingos Sávio (PSDB-MG) enfatiza que nunca recebeu diretamente de mineradoras, só via partido. Evair Vieira de Melo (PP-ES) diz que sua relação com a mineração é só com o setor de rochas ornamentais. Cleber Verde (PRB-MA), que as doações não interferiram em seu mandato.

A reportagem não localizou os demais deputados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Marina Estarque

Título: Deputado recebeu doação e atuou junto a órgão ambiental

São Paulo - Em 15 de janeiro, pouco antes de assumir o cargo de deputado estadual, Virgílio Guimarães (PT-MG) fez uma reunião com o superintendente do Ibama Júlio Cesar Grilo para tratar da "ampliação do licenciamento da Mina do Baú", da MR Mineração, como mostra nota da prefeitura de Barão de Cocais (MG).

Estavam presentes um representante da MR e o prefeito. Em 2018, Virgílio recebeu R\$ 80 mil de dois sócios da empresa como doação de campanha. Em 2006, quando se elegeu deputado federal, recebeu cerca de R\$ 450 mil (R\$ 890 mil, corrigidos pela inflação) de mineradoras.

Virgílio nega que o objetivo da reunião tenha sido pressionar. "Fomos para mostrar resultados, relatórios, não para fazer pedido". Segundo ele, o projeto em Barão de Cocais "é imprescindível".

Segundo o superintendente do Ibama, a reunião foi feita a pedido de Virgílio. "Eles foram informados de que as análises seguem a ordem do protocolo de registro e os prazos [...] da legislação", diz. Grilo afirma que o pedido ainda não foi analisado, e o licenciamento é dado pelo governo do estado. Ao Ibama cabe analisar "a supressão de vegetação."

Os sócios da MR disseram que doaram para Virgílio porque ele "se coloca publicamente como favorável à mineração responsável".

Colaborou Amanda Lemos

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Carolina Linhares

Título: Dependente da Vale, cidade teme desemprego

Após tragédia, Brumadinho (MG) receia perder verbas para manter serviços básicos como saúde e educação

Brumadinho (MG) "O que a Vale nos deu, tomou em dobro. Você não vê uma casa que não tenha gente chorando", diz Solange Leni, 42, moradora de Brumadinho (MG).

Ao pensar no futuro, brumadinhenses tentam sopesar a preponderância da Vale para os empregos da região e a responsabilidade de uma empresa que colocou funcionários e moradores em risco.

Como mostrou a Folha, o plano de emergência da mineradora já previa que um rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, como ocorreu na sexta (25), destruiria áreas como o refeitório e a administração.

Até a tarde de sábado (2), o rompimento já deixou 121 mortos e contabiliza ainda 226 desaparecidos.

Entre os moradores, há quem diga que a cidade acabou. Outros tentam dissociá-la do rompimento.

"O correto é falar tragédia da Vale, não tragédia de Brumadinho, para não ficar o estigma. Foi um crime ", diz Mário Brito, 64, primo da secretária municipal e

professora de direito Sirlei de Brito Ribeiro, que era crítica à mineração e morreu soterrada.

Para Brito, a mineração na cidade deveria incorporar novas técnicas, livres de perigo e de danos ao meio ambiente. A Vale já anunciou que descaracterizará todas as suas barragens construídas pelo método de alteamento amontante.

Outra solução seria apostar mais no turismo do que na mineração, mas, segundo o prefeito Avimar de Melo Barcelos (PV), a atividade não é significativa para a economia do município, mesmo com Inhotim —que não foi atingido, mas está fechado por tempo indeterminado.

A tragédia também traz reflexos para pousadas. Na Estrada Real, por exemplo, reservas do fim de semana foram canceladas. A gerente do local perdeu sua casa, enquanto os proprietários se ocupam de enterrar conhecidos.

Moradores estão descrentes em relação ao turismo. Dizem que o Inhotim emprega muitas pessoas de fora da cidade e tem salários piores que os da Vale. Também temem que, por medo, turistas não queiram visitar Brumadinho.

Brito faz a avaliação inversa. "O turismo deve aumentar por conta dos curiosos. A pessoa aproveita que já vai até o Inhotim, que é referência mundial", diz.

Hoje, a Vale responde por 35% da arrecadação de Brumadinho. "Somos uma cidade mineradora. Sem isso, não mantemos serviços essenciais, saúde, educação. Vai falir a cidade, o comércio, não sabemos como andar daqui para frente", diz o prefeito Avimar.

A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), taxa que as mineradoras devem pagar aos municípios, representa 60% da verba da cidade. A Vale se comprometeu a continuar fazendo o repasse, mesmo com as atividades interrompidas.

No total, a empresa pagará R\$ 80 milhões em dois anos a Brumadinho — medida que não foi tomada em Mariana (MG), onde o rompimento da barragem de Fundão, em 2015, matou 19 e espalhou rejeitos de mineração por 650 km do rio Doce. Ali, a paralisação da Samarco já dura mais de três anos, impondo crise e desemprego ao município.

Justamente pela experiência de Mariana há o medo de que a ajuda fique só na promessa.

O estado de Minas Gerais, por exemplo, em situação de calamidade financeira, não vinha pagando nem os repasses obrigatórios aos municípios.

Segundo Avimar, o ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, assumiu compromisso de instalar uma fábrica de leite em pó na cidade. "Uma hora a gente vai ter que ter rendas de outras formas, sem ser mineração. Mas ainda não conseguimos pensar nesse plano", disse.

A Vale, maior empregadora particular de Brumadinho, tem cerca de mil funcionários, além de outros mil terceirizados. A cidade tem cerca de 40 mil habitantes, sendo quase 9.000 ocupados.

Aldinei Pereira Sobrinho, 34, comerciante e presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Brumadinho, diz que a queda nas vendas na última semana foi de 90%.

"O comércio reabriu a partir de terça (29), mas alguns funcionários não têm condição de trabalhar porque perderam tio, primo, pai. Hoje eu fui em três velórios", diz.

A entidade não tem uma projeção de quanto as vendas devem cair no futuro, mas trabalha com a certeza de que haverá crise e desemprego.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: Fiscais de empresa de segurança prestaram serviços à Vale, diz jornal

São Paulo - A empresa que atestou a segurança da barragem que se rompeu em Brumadinho na última sexta (25) prestou serviços de consultoria para a Vale, diz o jornal The Wall Street Journal, o que configuraria conflito de interesses.

A reportagem afirma que funcionários da Tüv Süd Brasil atuaram como consultores para o descomissionamento de minas da Vale. Também teriam feito relatórios de pesquisa com a empresa e participado de conferências com trabalhadores da mineradora.

Segundo padrões internacionais, diz a reportagem, fiscais de segurança de barragens devem mostrar independência em relação ao cliente.

Na última terça (29), uma operação conjunta do Ministério Público de Minas Gerais, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal levou à prisão dos engenheiros da Tüv Süd Brasil André Yum Yassuda e Makoto Namba e dos funcionários da Vale César Augusto Paulino Grandchamp, Ricardo de Oliveira e Rodrigo Arthur Gomes.

Após o rompimento da barragem, a validade dos laudos que atestaram a segurança da estrutura foi questionada. Um deles dizia que o risco da barragem 1, da Mina do Córrego do Feijão, era baixo, embora seu dano potencial fosse alto.

A investigação deve apurar se os documentos foram fraudados ou se houve imperícia ou negligência na vistoria.

A barragem da Mina do Córrego do Feijão não recebia novos rejeitos de minério desde 2016 e seria desativada de forma definitiva. A licença para o reaproveitamento dos rejeitos e o encerramento das atividades foi obtida em dezembro.

Uma porta-voz da Vale afirmou ao Wall Street Journal que a Tüv Süd Brasil trabalha como auditora externa para a companhia, o que significa que é independente, mas não respondeu ao questionamento sobre conflito de interesses.

A empresa disse ainda que a barragem de Brumadinho foi inspecionada repetidamente e fiscalizada por outras empresas, sem que fosse apontado risco de rompimento.

Já a Tüv Süd Brasil declarou ter concluído as avaliações na barragem que se rompeu em junho e setembro de 2018, mas não comentou os outros serviços prestados.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/02/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: A (re)descoberta de um Brasil

Nada mais no país parece estar no mesmo escaninho de antes das 12h28m de 25 de janeiro, quando as sirenes da barragem da mineradora Vale em Brumadinho permaneceram mudas. Termos como "alteamento a montante" ou "a jusante" saltaram de planilhas de engenharia para o vocabulário caseiro de uma sociedade em choque. E brotou algo novo dessa primeira semana de luto em que substantivos como legislação, fiscalização, prevenção, responsabilização escancararam sua porosidade letal. Algo quase inebriante, que só poderá ser avaliado por gerações futuras: a possibilidade, ou pelo menos a oportunidade, de ocorrer um início de mudança na história da construção/ formação do Brasil.

"Colheita da morte" é o título da célebre série fotográfica de Timothy Sullivan e Alexander Gardner que retrata a batalha mais sangrenta da Guerra Civil

americana —a de Gettysburg (1863), na Pensilvânia. Em apenas três dias de combate, as tropas confederadas do Sul e o exército do Norte sofreram algo entre 47 mil a 51 mil baixas. Foi talvez o momento mais decisivo do conflito, aquele que redefiniu para sempre a história dos Estados Unidos.

Não se espera tanto do "vale da morte" de Brumadinho. Mas o desastre — que é mais que desastre e tragédia, é crime — fez emergir algo há muito esquecido no cotidiano cínico e raivoso de hoje: um intenso sentimento nacional acima do fosso político-ideológico. Quem apontou para essa fagulha de convivência foi o repórter Juan Arias, no diário espanhol "El País", ao propor o Corpo de Bombeiros atuando em Minas como candidato ao Prêmio Nobel da Paz de 2019. "Esses bombeiros fizeram de suas mãos[...] um instrumento de paz e ilusão de poder encontrar vida", escreveu ele, argumentando que o país reaprendeu a torcer por uma mesma coisa.

No entender do jornalista, o lodo tóxico da Vale serve de metáfora política do Brasil envolto em corrupção, violência, desamparo social. E esses incansáveis socorristas conseguiram o milagre de, por um instante, unificar a sociedade. "Eles semearam paz num momento em que o ceticismo secava corações", observou. Pouca coisa não é.

Rastejando feito catadores de caranguejos que entram no mangue e ali tateiam o dia inteiro em busca do crustáceo, as equipes de emergência chafurdam na gosma tóxica em busca de vida, mesmo que seja apenas um pedaço de vida. Da torrente de testemunhos que compõem o dantesco cenário, um relato do repórter André Borges, do "Estado de S.Paulo", se sobressai. É cru. Retrata o que não dá para ver sobrevoando a região de helicóptero.

Borges se juntara a uma equipe de 11 brigadistas numa margem com vegetação, com incursões no lamaçal de até seis metros de profundidade à procura, ainda, de sobreviventes. Em determinado momento, alguns chegaram ao que seria um corpo humano. "Com luvas", escreveu o repórter, "um deles se abaixa e passa a recolher órgãos. Vísceras, estômago, fígado. Roupas. Em fila indiana vão passando o que encontram de mão em mão, até depositar as partes sobre uma manta metálica no chão".

Nas primeiras 24 horas, o cômputo oficial era de nove mortos e 300 desaparecidos. No meio da semana, a equação já era outra: 99 mortos para 259 desaparecidos. Na sexta-feira, encerrando a primeira semana de luto com 115 mortos, pétalas de flores foram jogadas sobre o vale da morte onde 248 ainda permanecem misturados à terra em transe. Como diz o bordão, todos nós somos iguais perante a lei, mas não perante encarregados de aplicá-la.

Raiva e indignação são formas de comunicação densa —elas repassam informação e contagiam com mais velocidade do que qualquer outra forma de emoção. O americano Charles Duhigg, Pulitzer de reportagem em 1998, sustenta que a indignação é uma grande força social e que emoções à solta, sem reconciliação ou catarse no horizonte, podem tornar uma sociedade destrutiva. Ou, no caso, simplesmente anestesiada pelo uso retórico e previsível, por parte de pequenos poderes e poderosos nominais, de declarações que começam por ""É preciso..."

Não é por acaso que o tenente Pedro Aihara, porta-voz do Corpo de Bombeiros encarregado de divulgar as boas e más notícias à nação, emergiu como um bálsamo pela postura e linguagem precisas, com ausência igual de afetação e empulhação. A classe política brasileira deveria fazer um intensivão moral-cívico com ele. Brumadinho tanto pode retratar o passado, o presente ou o futuro do Brasil. A escolha é nossa de fazer história.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Lauro Jardim

Título: A lama da Samarco

As revelações sobre Brumadinho se acumulam, mas ainda há muita lama da Samarco para revolver em Mariana. Na quarta-feira passada, o MPF, a Defensoria Pública da União, os MPs de Minas Gerais e Espírito Santo e suas respectivas defensorias entraram na Justiça de Minas Gerais com um recurso contra uma decisão tomada no dia 27 de dezembro. Na ocasião, o juiz Mário Franco Junior, da 12ª Vara Federal de Minas, acolheu um pedido da Samarco para modificar o acordo que visava ressarcir os danos materiais de 1,5 mil pescadores atingidos pela tragédia de Mariana. A Samarco quis mudar o acordo depois de assinado, ressalte-se. Agora, cabe à desembargadora Daniele Maranhão, do TJ de Minas, a decisão sobre o caso.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Elio Gaspari

Título: As mineradoras precisam de uma Lava-Jato

Os doutores das mineradoras precisam conferir o prazo de validade da vitória que conquistaram depois do desastre de Mariana. Morreram 19 pessoas, foram aplicadas 56 multas totalizando R\$ 716 milhões, ninguém foi para a cadeia, e

até hoje a Samarco (sócia da Vale) só desembolsou R\$ 41 milhões. Se as empresas tivessem a qualidade de seus advogados, nenhuma barragem teria se rompido.

As mineradoras foram competentes para construir uma barragem política, judicial e administrativa. Projetos de aperto na fiscalização das barragens estão travados no Senado, na Câmara e na Assembleia de Minas. Uma iniciativa que elevaria para R\$ 30 milhões o valor das multas cobradas às empresas atolou no Congresso, e o teto ficou em R\$ 3.200. O Código de Mineração foi escrito em computadores de um escritório de advocacia de São Paulo, entre cujos clientes estava a Vale.

O setor do ministério de Minas e Energia que cuida de geologia e mineração foi dirigido e aparelhado por quatro veteranos da Vale. Uma empresa da família do deputado Leonardo Quintão (MDB-MG) explorou a bacia de rejeitos de Brumadinho. Por coincidência, o doutor relatou o Código de Mineração na Câmara. Como não se reelegeu, aninhou-se na Casa Civil de Bolsonaro. A Agência Nacional de Mineração tem 35 fiscais para 790 barragens de rejeitos.

Disso resultou que as sirenes da barragem de Brumadinho não foram acionadas. A Vale explica esse detalhe atribuindo o silêncio "à velocidade com que ocorreu o evento". Os circuitos cerebrais do inventor dessa patranha devem estar desligados há anos.

No caso de Mariana, a Vale assumiu uma atitude de rara arrogância. Primeiro, tentou dissociar-se do desastre, dizendo que apesar de sócia do negócio, a barragem era de outra empresa, a Samarco. Clovis Torres, então diretor jurídico da Vale, foi mais longe: "A Samarco não é um botequim. Não é uma empresa qualquer". Ofendeu os donos de botequim.

A barragem das mineradoras teve solidez. Assemelhou-se à das grandes empreiteiras em 2009, quando a Camargo Correa foi varejada pela Operação "Castelo de Areia". Estava tudo lá, grampos, propinas e superfaturamentos. Graças ao mecanismo da blindagem, a investigação foi desmanchada no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal. Em 2014, um juiz pouco conhecido chamado Sergio Moro entrou na Operação Lava-Jato e deu no que deu. No ano seguinte, a Camargo Correa tornou-se a primeira grande empresa a colaborar com as autoridades, abrindo uma fila onde entraram todas as outras.

A estratégia vitoriosa em Mariana foi a "Castelo de Areia" das mineradoras. Brumadinho deveria ser um apelo para que comece uma nova Lava-Jato. As astúcias minerais e os malfeitos expostos pela Lava-Jato têm diferenças na dinâmica, mas convergem no desfecho. As empreiteiras distribuíam dinheiro

para lesar a Viúva. As mineradoras blindaram-se para sedar a fiscalização e para controlar o poder público. Convergiram no dano, umas lesando o Tesouro, outras matando gente.

O prazo de validade da "Castelo de Areia" expirou com a Lava-Jato. A estratégia usada em Mariana precisa ter o prazo de validade anulado. Como as mineradoras conseguiram blindar Mariana, adormecer o Congresso e aparelhar a máquina fiscalizadora? Uma nova Lava-Jato poderá trazer as respostas. Bastaria um juiz Moro e uma equipe de procuradores como a que surgiu em Curitiba. O resto vem por gravidade. O doleiro Alberto Youssef achou melhor falar, depois veio o engenheiro Paulo Roberto Costa, e assim foi. Se alguém fizer as perguntas certas, alguém falará.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Alvaro Gribel e Marcelo Loureiro (interinos)

Título: PORTA FECHADA

Míriam Leitão

O desastre de Brumadinho fechou portas para a Vale no exterior. Um executivo do setor financeiro conta que a mineradora estava próxima de conseguir um empréstimo bilionário em dólar com um consórcio de bancos estrangeiros. Agora, eles se afastaram. Parte das instituições segue os Princípios do Equador, conjunto de regras que leva em consideração o risco socioambiental da empresa que busca o crédito. A Vale, diz a fonte, vai pagar mais caro para levantar dinheiro lá fora. São esperadas também algumas sessões de constrangimento. A empresa terá que explicar porque não evitou mais uma tragédia.

VENDER PARA INVESTIR

O governo pretende levantar cerca de R\$ 100 bilhões com a venda de ativos de estatais este ano, dinheiro que ajudaria a abater o buraco nas contas públicas. A Colômbia, aqui ao lado, também estuda privatizar. O presidente Iván Duque considera negociar 8,5% das ações na Ecopetrol, a estatal petrolífera. Daria cerca de R\$ 40 bilhões. A diferença é que a Colômbia não tem grandes problemas fiscais. A ideia de Duque é aplicar em investimentos estruturais. A economia colombiana está acelerando de novo. O Itaú projeta que o PIB do vizinho crescerá 3,3% este ano, mais que os 2,6% de 2018.

VEÍCULO: O Globo**Data: 03/02/2019****Seção: O País****Autor: CAMILA BASTOS* BRUMADINHO(MG)****Título: AGU cobra medidas 'concretas' e critica 'resistência' da Vale**

Advogado-geral da União reclama de "falta de transparência" da mineradora

O advogado-geral da União, André Mendonça, afirmou ontem que vai atuar para cobrar medidas "concretas" da Vale. Segundo ele, a mineradora tem "resistido" a cumprir itens que deveriam ser obrigatórios após a tragédia.

Em visita a Brumadinho (MG), ontem, ele disse que a mineradora deverá pagar imediatamente as indenizações para as famílias das vítimas, prestar informações sobre a assistência depois da tragédia de Mariana (MG), em 2015, e recompor os estragos causados pelos rompimentos das duas barragens.

— Falamos isso tanto pela questão ambiental, quanto pela questão sociocultural e econômica da região. Tem havido um comportamento de resistência ao cumprimento das obrigações.

Mendonça criticou a atuação da Vale depois do rompimento da barragem de Mariana, em 2015 —a estrutura era mantida pela Samarco, da qual a mineradora é acionista:

—Há uma falta de transparência nos dados, atraso no cadastramentos das famílias e no pagamento das indenizações (de Mariana). Nós precisamos de respostas efetivas em relação ao que ocorreu em Maria-na e ao que está acontecendo em Brumadinho.

Já o chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, delegado Wagner Pinto, afirmou que uma investigação está em andamento para apurar a possibilidade de fraude e falsificação de documentos no processo de licenciamento ambiental da barragem da Vale em Brumadinho (MG). De acordo com o balanço mais recente divulgado pela Defesa Civil, o rompimento da estrutura deixou 121 mortos, dos quais 93 já foram identificados, e 226 desaparecidos.

— Todos os documentos passarão por perícia técnica para verificar se houve supressão de documentos ou falsificação documental.

Em outra frente de atuação, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, formou uma força-tarefa com nove procuradores para investigar as causas e responsabilidades da tragédia de Brumadinho. Um item que será apurado é a

emissão de laudos que atestavam a estabilidade da barragem que desmoronou. Ontem, o Wall Street Journal informou que a Tüv Süd, empresa que certificou, no fim de 2018, que a estrutura estava segura, prestou serviços de consultoria e de avaliação independente de segurança para a Vale, o que, segundo especialistas, configuraria conflitos de interesse. (*Especial para O GLOBO)

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/02/2019

Seção: O País

Autor: ANA LUCIA AZEVEDO BRUMADINHO(MG)

Título: Dano ambiental ameaça centenas de espécies

ÁREA AFETADA ERA DE MATA ATLÂNTICA

A cachoeira é barranco de chão, e a água se caindo por ele, retombando; o senhor consome essa água, ou se desfaz o barranco, sobra cachoeira alguma? Viver é negócio muito perigoso", escreveu João Guimarães Rosa em "Grande Sertão: Veredas". Cachoeiras, nascentes, riachos, rio, floresta, a barragem da Vale em Brumadinho matou tudo em seu caminho, num golpe de uma onda de rejeito só. Menor em quilômetros do que o desastre de Mariana, causado pela Samarco controlada pela mesma Vale, o de Brumadinho é gigante em gravidade: as florestas e rios afetados eram muito mais ricos e importantes para o equilíbrio ambiental, salientam especialistas.

—Desta vez, a perda de vidas humanas é colossal. Mas isso não significa que o dano ambiental seja pequeno, ao contrário. Florestas de enorme importância hídrica e para a biodiversidade foram perdidas. O dano ambiental fará sofrer população e natureza por muitos anos —afirma Sérgio Pontes Ribeiro, professor de ecologia da saúde da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que estuda o impacto do desastre de Mariana e agora se debruça sobre o de Brumadinho.

REFÚGIO DE VIDA SELVAGEM

A lama da Vale afetou, destacam cientistas, algumas das últimas áreas significativas de Mata Atlântica e Cerrado de Minas, dentro da Reserva da Biosfera da Unesco da Serra do Espinhaço. O lugar é considerado um refúgio de vida selvagem. Delas vem a água que dá de beber a homens e animais. Sem bichos que semeiam as árvores não há floresta, sem floresta não há água. E sem água, perecem os homens. Guimarães Rosa, que se criou nas terras do sertão do Paraopeba, foi profético sobre sua terra natal. Viver sob as barragens de mineração, é mesmo muito perigoso.

A lama desce lentamente, mas não vai parar, alerta Ribeiro. E, desta vez, afetou o Paraopeba, um rio até então mais saudável que o Doce e seus tributários, arrasados pela barragem da Samarco, em 2015. Não se sabe o quanto de lama se entranhará no leito do Paraopeba, um rio que era a reserva da região metropolitana de Belo Horizonte para as secas, acrescenta Ribeiro.

Ao matar a vida microbiana no solo e no leito dos rios, o impacto ambiental ganha profundidade e duração de décadas, avalia Vasco Azevedo, cujo grupo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) investiga a relação entre o desastre de Mariana e casos de dengue, zika e febre amarela.

Análise preliminar do Ibama indicou que 2,6 milhões de metros quadrados de mata foram destruídos pela lama. Essas eram algumas das melhores florestas de Minas, frisa Yasmine Antonini, ecóloga e especialista em matas protetoras de cursos d'água do Departamento de Biodiversidade e Meio Ambiente da UFOP e que também estuda o impacto do desastre de Mariana.

O governo de Minas recomendou às pessoas não beberem a água do Rio Paraopeba, devastado pela barragem da Vale. Mas animais não assistem à TV. E não têm outra água para beber se não aquela que agora está cheia de lama de minério. O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraopeba, Winston Caetano de Souza, observa que a área afetada era repleta de nascentes que alimentam o rio.

Yasmine Antonini salienta que os inventários de fauna e flora são incompletos, mas o pouco que sabe revela que ali existem árvores gigantescas e nobres da Mata Atlântica, como os jacarandás, plantas quase extintas do Cerrado e uma fauna rica o suficiente para sustentar animais de topo de cadeia, como a onça-parda e o lobo-guará. Porém, desde o fim de semana passado peixes agonizam e morrem sufocados em lama no Paraopeba.

Além das árvores arrancadas pelo tsunami de lama, o desastre afeta as florestas ao acumular rejeito. Segundo ela, pode acontecer então um fenômeno observado em Mariana. Lá árvores que não foram derrubadas se tornaram mortas em pé. A lama afoga as árvores ao penetrar no solo, explica Yasmine.

Do Paraopeba vem 53% da água da Região Metropolitana de Belo Horizonte, diz Souza. Ele deságua no São Francisco, na Barragem de Três Marias. Uma vez lá, pode deixar o Velho Chico ainda mais doente e levar o rejeito ao Semiárido nordestino, castigado pela seca.

Já foram encontrados níveis muito acima do permitido de ferro e outros minerais que oferecem uma sopa de nutrientes para microorganismos que trazem morte, diz Fabiano Thompson, do Laboratório de Microbiologia da UFRJ.

"Como os rios não dormem. O rio não quer ir a nenhuma parte, ele quer é chegar a ser mais grosso, mais fundo", nas palavras de Rosa. O Paraopeba, "rio raso" em tupi, se arrasta em alguns trechos aprisionado pela lama. Seu futuro é incerto.

—A área afetada é menor. Mas não o impacto, pois esse tipo de desastre provoca uma reação em cadeia na floresta e na recarga de água — salienta Yasmine Antonini.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/02/2019

Seção: O País

Autor: MANOEL VENTURA BRASÍLIA

Título: Desastres colocam em xeque modelo de mineração no Brasil

Órgão fiscalizador tem apenas 34 agentes para dar conta de 717 barragens em todo o país. Em Minas Gerais, são só cinco

O rompimento das barragens de Mariana e de Brumadinho, em Minas Gerais, com o colapso das estruturas de rejeitos úmidos de minério de ferro, trouxe à tona a discussão sobre a forma como o material é armazenado no Brasil e a necessidade de encontrar alternativas para a atividade da mineração no país. Especialistas são unânimes em condenar o método de construção por alteamento a montante, utilizado nos dois reservatórios que foram ao chão.

O desastre também chamou atenção para a fiscalização federal de barragens de mineração praticamente inexistente no país. A Agência Nacional de Mineração (ANM) tem apenas 34 fiscais para dar conta de 717 barragens em todo o país. Em Minas Gerais, estado que concentra o maior número de estruturas no país, são apenas cinco. Para fiscais do órgão ouvidos pelo GLOBO, seriam necessários, no mínimo, dois mil profissionais para conseguir acompanhar presencialmente todo o sistema de barragens de mineração no Brasil.

A última vez que a barragem rompida em Brumadinho foi visitada pelos técnicos do órgão responsável pelo monitoramento foi em 2016. A fiscalização da agência ocorre de duas formas. Uma delas é documental. A agência recebe as declarações de estabilidade das próprias empresas, com relatórios de inspeções quinzenais e com declarações de estabilidade duas vezes por ano. A barragem da Vale teve declaração de estabilidade entregue pela mineradora em nome de consultorias como a Tüv Süd pelo menos três vezes em 2018.

A segunda forma de fiscalização pela ANM é presencial. Técnicos afirmam reservadamente, no entanto, que o monitoramento in loco é raro e, em alguns

empreendimentos, nunca ocorreu. Não há braço suficiente para dar conta de mais de 700 barragens espalhadas por 20 estados.

Diante da crise, a agência tentará contratar funcionários temporários para a função de fiscal até conseguir fazer um concurso público. Para um diretor do órgão, no entanto, a chave de tudo isso é investimento em tecnologia para monitoramento online e em tempo real de cada uma das estruturas.

PREOCUPAÇÃO

O que mais preocupa o governo são as 88 barragens espalhadas pelo país e construídas seguindo a técnica de alteamento a montante. Nesse modelo, a barragem vai crescendo em forma de degraus para dentro do reservatório, utilizando o próprio rejeito do processo de beneficiamento do minério sobre o dique inicial. Este tipo de barragem já é proibido no Chile, por exemplo, e tem sido menos usado nos Estados Unidos e na Europa. Os outros tipos de construção, considerados mais seguros, são alteamento a jusante, linha de centro e etapa única.

A ANM estuda mandar eliminar todas as estruturas a montante, assim como a Vale anunciou que fará com seus dez reservatórios desse tipo. Desde 2016, após o desastre de Mariana, o governo não autoriza mais a construção de barragens desse tipo. O problema é o passado. Das 88 estruturas, 43 são classificadas como de alto dano potencial associado.

Roberto Galery, professor e pesquisador da faculdade de Engenharia de Minas da UFMG, alerta que qualquer barragem de mineração precisa ter um sistema de drenagem eficiente, monitorado e controlado para a estrutura não encharcar e desabar.

—O nível de água da barragem tem que ser mantido o mais baixo possível. A grande questão é drenar para fora da barragem a água e isso independente do modelo de construção —afirma.

Carlos Barreira Martinez, pesquisador da UFMG e especialista em engenharia hidráulica, critica o setor mineral por, segundo ele, usar técnicas ultrapassadas, e cita monitoramentos com sensores a laser, de vibração e sonoros que devem ser usadas para monitorar barragens.

— Existe uma lei de segurança de barragem. Ela tem que ser seguida—afirmou.

O processamento de minério a seco vem sendo defendido por especialistas como alternativa para as barragens de todos os tipos.

VEÍCULO: O Globo**Data: 03/02/2019****Seção: Rio****Autor: RAFAEL GALDO****Título: O Rio sob o fantasma de Brumadinho**

Relatórios alertam para sete barragens com grau de risco à vida e ao meio ambiente

O Rio Paraíba do Sul e uma estrada de terra separam a casa de Isadora Maria de Jesus de uma barragem com 204 mil metros cúbicos de rejeitos de mineração, na divisa entre Quatis e Barra Mansa, no Sul Fluminense. Apesar de viver diante do perigo, ela não imaginava que o paredão gramado que vê de seu quintal era uma contenção para o material. Trata-se de uma construção que, guardadas as proporções, se parece com as que estouraram em Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais.

Só no Rio, segundo relatórios de órgãos federais, há pelo menos sete barragens, que armazenam água ou restos de mineração, com alto dano potencial associado (DPA). Ou seja, podem causar mortes e grandes impactos sociais, econômicos e ambientais em caso de rompimento ou vazamento. As más condições de conservação fazem com que três sejam avaliadas como de alto risco (CRI) para acidentes.

Embora poucos saibam de sua existência, essas unidades, juntas, têm em seu entorno cerca de 240 mil habitantes, o que aumenta a preocupação. E não é só: uma emergência afetaria o fornecimento de água para oito milhões de moradores do estado.

Um eventual rompimento da barragem de Quatis, da Cimento Tupi, a 500 metros da Via Dutra, derramaria toneladas de argila arenosa e aumentaria a turbidez no Rio Paraíba do Sul, que abastece 7,3 milhões de pessoas na Região Metropolitana. Os estragos na Vila dos Remédios, onde Isadora mora, seriam grandes.

— Fiquei surpresa ao saber que esse morro é uma barragem. Dá medo, porque não faço ideia do que fazer em caso de acidente — diz Isadora.

Outros moradores contam que, há aproximadamente dois anos, num dia de chuva forte, o reservatório transbordou e derramou uma lama avermelhada perto do rio. A Cimento Tupi nega e sustenta que a barragem, que produzia quartzito (um tipo de areia), não recebe material desde o fim de 2015. Alega ainda que, mesmo desativada, a barreira é monitorada por medidores de deslocamentos desde o ano passado e passa por inspeções regularmente. A

próxima está prevista para o mês que vem. A construção é uma das três do estado que estão no Cadastro Nacional de Barragens de Mineração, da Agência Nacional de Mineração, mas é a única com alto DPA.

Já o último Relatório de Segurança de Barragens da Agência Nacional de Águas (ANA), concluído em novembro do ano passado com base em dados de 2017, aponta que o Rio tem 29 represas para abastecimento ou uso industrial, entre outras funções. A fiscalização de todas é de responsabilidade do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), e 21 sequer foram classificadas quanto ao grau de risco. No entanto, duas constam de uma lista de 45 em todo o país com algum comprometimento estrutural importante, com altos DPA e CRI: Gericinó, entre Nilópolis e Mesquita, e Juturnaíba, entre Silva Jardim e Araruama.

AGÊNCIA PEDE PARECER

A primeira é pequena, operada pelo Inea, para controle de enchentes perto da Chatuba, na Baixada. A segunda é uma represa com 48 quilômetros quadrados que abastece cerca de 650 mil pessoas em oito municípios da Região dos Lagos, como Búzios e Cabo Frio.

Desde o desastre de Brumadinho, imagens da má manutenção no vertedouro da barragem, da empresa Prolagos, vêm espalhando temor na região. Há grandes placas de cimento quebradas perto das comportas da represa e vegetação acumulada nas estruturas que reduzem a velocidade de saída da água do reservatório.

— Deus nos proteja de um acidente. Se estourar, vai tudo abaixo, fazendas e casas ao longo do Rio São João — diz Valdemir de Sá, dono de um restaurante às margens do lago.

Professor de Engenharia Geotécnica da Coppe/ UFRJ, Maurício Ehrlich, que participou de estudos durante a construção da barragem, ressalta que, além de afetar o abastecimento na Região dos Lagos, problemas em Juturnaíba provocariam inundações na Bacia do São João. Poderiam ser atingidas áreas de Barra de São João, em Casimiro de Abreu, de Rio das Ostras e Tamoios, segundo distrito mais populoso de Cabo Frio.

— A construção da barragem, concluída nos anos 1990, foi muito cuidadosa — observa Ehrlich. — Mas manutenção é outra questão.

Segundo o relatório da ANA, a represa, com problemas nas estruturas dos vertedouros e operacionais oriundos do excesso de vegetação, precisaria de R\$ 15 milhões em obras. No último dia 29, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio (Agenersa) determinou que a Prolagos realize fiscalização em Juturnaíba e apresente um parecer em 30 dias. Também

solicitou um plano de evacuação atualizado, com sirenes de emergência em áreas sob risco. Pedido semelhante foi feito pelo Ministério Público Federal. O Inea informou que a Prolagos e a Águas de Juturnaíba foram notificadas duas vezes em 2018 para realizar a Inspeção de Segurança Regular (ISR) na barragem.

A Prolagos garante contar com consultorias especializadas para atestar a eficiência da operação e afirma que, no último laudo, de maio de 2018, as condições estruturais da barragem foram consideradas dentro da normalidade.

Uma terceira barragem considerada de alto risco armazena água para uso industrial em Guapiaçu, em Cachoeiras de Macacu. As demais barragens consideradas com alto DPA ficam em Miguel Pereira, Petrópolis, Teresópolis e Duque de Caxias

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/02/2019

Seção: Economia

Autor: CLEIDE CARVALHO E MARCELLO CORRÊA BRASÍLIA E BRUMADINHO (MG)

Título: Cidades de MG que vivem do minério ficam em suspense

Em alguns municípios, setor responde por mais de 50% do emprego. Desastre afeta outras áreas da economia

A tragédia que ceifou vidas em Brumadinho há dez dias também cercou de incertezas um setor da economia que é o motor de geração de emprego em dezenas de cidades de Minas Gerais. O estado tem uma dependência histórica da mineração, mas, para especialistas, o desastre humano e ambiental, provocado pelo rompimento da barragem da Vale, pouco mais de três anos depois do trauma de Mariana, indicam a necessidade de Minas se reinventar economicamente.

Segundo dados do Registro Anual de Informações Sociais (Rais), em 2017, havia 58.065 trabalhadores de Minas empregados em atividades diretamente ligadas à mineração. É menos de 2% do total do estado. Mas, em alguns municípios mineiros, a mineração responde por mais da metade dos empregos. Brumadinho, que tem 20,82% dos empregos (nove mil) na mineração, tentava diversificar sua economia pelas mãos de empreendedores do turismo e agricultores. Os dois setores, porém, foram bastante afetados pela tragédia.

— A cidade está de luto, entristecida, mas temos pelo menos 400 famílias que vivem do turismo e precisamos encontrar uma forma de convivência com a mineração sem risco, sustentável — diz Elaine Castro, proprietária do Hotel Ville

de Montagne, que viu 300 reservas serem canceladas até março depois da tragédia.

Em propriedades rurais afetadas pela lama carregada de rejeitos minerais, há incerteza sobre o futuro uso da terra. Brumadinho é conhecida pela produção de tangerina, hortaliças, temperos e legumes. O maior produtor da cidade, Antonio Francisco de Assis, teve 90% de suas terras devastadas e ainda perdeu a fonte de água que irrigava a plantação. Conhecido como Tônico, ele plantava 800 mil mudas e vendia entre R\$ 7 mil e R\$ 15 mil em mercadorias por dia na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Só com equipamentos soterrados, calcula um prejuízo de R\$ 1 milhão.

— Aqui nessa terra alguém vai colher alguma coisa só daqui uns cem anos — lamenta Tônico. — Vou recomeçar. Não sei onde, mas vou.

PERDA DE RITMO

Levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que o turismo gerou em Brumadinho 974 empregos formais em 2017, último dado disponível. Se contados os informais, a estimativa sobe para 2.500. Nos últimos anos, houve um crescimento de empreendimentos ligados ao turismo de aventura e rural, mas, com o desaparecimento de uma pousada inteira sob a lama da barragem da Vale, empresários locais esperam que turistas temam a região. A maioria dos hotéis, porém, fica no Centro da cidade, a 15 quilômetros da área da barragem rompida, que atingiu principalmente a zona rural.

A cidade enxerga no parque de Inhotim, o maior museu de arte a céu aberto do mundo, o principal elo de uma aliança que começa a se formar para enfrentar os reflexos imediatos da tragédia e impulsionar a recuperação econômica em outras bases.

Diretor executivo do Inhotim, Antonio Grassi, afirma que o instituto está comprometido com a reconstrução da economia de Brumadinho. Cerca de 80% dos 600 funcionários vivem na região e 41 têm parentes desaparecidos ou já identificados como mortos. O executivo lembra que as visitas caíram pela metade quando, em janeiro do ano passado, Brumadinho entrou na lista de risco de febre amarela. O volume de visitantes levou oito meses para se recompor. Agora, uma equipe interna estuda formas de ajudar a restaurar a atratividade da região.

— Colocamos Brumadinho, que era uma cidade marrom de minério, no mapa mundial, e isso tem um valor econômico a ser explorado. Levará um tempo para recompor a situação — diz Grassi, que mantém o museu fechado desde o

acidente, apesar dele não ter ficado vulnerável à lama. — Não há clima para reabrir agora, em respeito ao luto da cidade e dos nossos funcionários.

EFEITO EM OUTROS SETORES

A mineração, centenária por ali, não vai acabar. Além da Vale, mineradoras de menor porte atuam em Brumadinho, mas a gigante mundial do setor responde por cerca de 30% da arrecadação da cidade. Neste ano, geraria R\$ 45 milhões em impostos e taxas. A Vale prometeu manter compensações financeiras, mas o prejuízo da cidade vai além da arrecadação. A mineradora lidera uma cadeia de prestadores de serviços, como a MRS, operadora ferroviária, e dezenas de fornecedores de manutenção de instalações, mecânica de máquinas e construção civil.

O primeiro sinal de que a mineração deverá perder o ritmo em Minas veio da decisão da Vale de acelerar a desativação de dez barragens construídas com a mesma tecnologia da de Brumadinho. Para isso, terá que interromper operações em algumas minas, reduzindo a produção de minério de ferro na região em 40 milhões de toneladas por ano. Outras empresas que atuam na região não esclarecem seus planos.

A Usiminas, que opera quatro minas na região de Serra Azul, disse que "avalia eventuais impactos e considera prematura qualquer conclusão nesse momento".

Para o economista Marcos Henrique do Espírito Santo, analista setorial da Lafis, que acompanha o setor de mineração, ainda é cedo para medir impactos, mas ele avalia que o desastre exigirá mudanças no marco regulatório do setor. Já nos municípios mineradores, as demandas se equilibram entre garantia de segurança e manutenção das operações.

— Queremos reforço nas atuais barragens, para acabar com qualquer hipótese de acidente definitivamente. Enquanto isso, que implantem tecnologia de mineração a seco com a maior urgência possível, sem acabar com milhares de empregos para pessoas que dependem disso para sobreviver — diz Waldir Salvador, consultor de Assuntos Institucionais da Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig).

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Em Congonhas, onde 38% dos trabalhadores estão na mineração, o prefeito Zelinho pede cautela. A cidade abriga, além de relíquias históricas, a barragem Casa de Pedra, complexo mineral da CSN.

— Não se pode penalizar mais as cidades que dependem da mineração. Fechar as mineradoras da região será um caos — diz o prefeito, para quem a vocação da cidade deve ser essa por muito tempo. — Nossos filhos já entram na escola para trabalhar nisso. A mina localizada aqui ainda tem cem anos de capacidade para tirar minério.

Para o economista Claudio Frischtak, da Inter B. Consultoria, o momento atual deve ser usado para que Minas busque novas vocações, mesmo que relacionadas ao setor de mineração. A desativação de barragens, por exemplo, abre um mercado de recuperação ambiental. Em um cálculo preliminar, ele estima que essa atividade, se adotada por outras mineradoras, tem potencial de injetar R\$ 20 bilhões na economia mineira e fomentar novas atividades, como o turismo:

— Minas precisa se reinventar. Há um potencial de revitalização com investimentos que vão ser feitos na área ambiental. Recuperação ambiental é intensiva em trabalho, gera muito emprego. Pense o que é replantar essas áreas enormes e transformá-las em florestas. Seria um ganho para o estado e os municípios muito grande, além da transformação dessas áreas em parques, áreas de lazer.

Frischtak destaca ainda o potencial do capital humano. Para ele, Minas subutiliza a capacidade de geração de conhecimento de centros universitários como o da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que poderiam receber mais investimentos para desenvolver alta tecnologia de mineração, a exemplo do que acontece em países na fronteira mundial da atividade, como Canadá e Austrália:

— Nossa mineração é de parte do século passado, mas temos capital humano para mudar. É parte da dívida que as empresas têm com Minas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Gabriel Ronan/Gustavo Werneck/Flávia Ayer/Luiz Ribeiro

Título: Rigidez do solo é novo desafio às buscas

Hoje, o trabalho de busca por desaparecidos da tragédia de Brumadinho, na Grande Belo Horizonte, chega ao décimo dia e os militares do Corpo de Bombeiros encaram uma fase de operações mais desgastante. Devido às dificuldades para se escavar a lama à procura dos corpos, diante da maior rigidez do solo, as missões se tornam mais lentas para a corporação.

Segundo o tenente Pedro Aihara, porta-voz dos bombeiros, os boletins, até então diários, serão atualizados sempre às segundas, quartas e sextas-feiras, por volta das 12h, justamente pela dificuldade de encontrar mais vítimas daqui para frente. Ontem, o número de mortos saltou para 121. De acordo com o último balanço, existem 226 desaparecidos e 93 corpos estão identificados.

As buscas no sábado se concentraram na área de um vestiário dos funcionários da Vale, considerada pelos bombeiros uma nova “zona quente”. No local, equipes encontram vestígios do mobiliário usado na estrutura, como armários. De acordo com Aihara, o achado representa um avanço considerável nos trabalhos, já que se espera encontrar vários corpos no lugar. “Identificamos alguns armários que parecem pertencer ao vestiário. Fizemos buscas com muitas equipes no local. Nossos cães estão na área e já identificaram três locais com óbitos. Iniciamos os serviços de escavação e de estabilização do terreno para conseguir acesso a essas vítimas”, informou o tenente.

Além das coordenadas geográficas e dos cálculos matemáticos, a corporação adota uma técnica denominada “cone de odor” para encontrar restos mortais. “Fazemos algumas perfurações em pontos estratégicos, de modo que o cheiro, que está sob a profundidade da lama, chegue à superfície. Assim, os cães conseguem identificar se existem corpos embaixo”, explicou o porta-voz.

Desde ontem, os trabalhos contam com o reforço de 64 militares e duas aeronaves da Força Nacional de Segurança. Eles se uniram a 240 bombeiros, sendo 112 de outros estados, e diversos helicópteros, de diferentes órgãos. Há também 86 voluntários e cerca de mil policiais militares trabalhando com a equipe. O comitê de crise estadual se compõe da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil e Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp).

Apelos

Se os apelos da comunidade tivessem sido ouvidos, a destruição causada pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, poderia ter sido evitada. Desde a tragédia de Mariana, em 2015, ambientalistas e líderes comunitários alertam para o risco das represas de rejeitos de minério na cidade e em outros municípios da Bacia do Rio Paraopeba, e pedem a descontinuidade dessas estruturas.

Ontem, em novo sobrevoo de helicóptero na região, Breno Carone, integrante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba e diretor da organização não governamental (ONG) Associação para a Recuperação e Conservação Ambiental

em Defesa da Serra da Calçada (Arca – Amasera), lamentou que nada foi feito e que a única barragem que não existe mais foi a que rompeu em 25 de janeiro.

Antigos moradores garantem que o Rio Paraopeba, um dia, já teve coloração meio amarelada, que, com o tempo, foi ganhando o tom avermelhado do minério. Mas, nesses dias após a tragédia na Mina do Córrego do Feijão, o curso d'água se tornou vermelho-escuro, há cheiro de putrefação. Na comunidade do Funil, cidade vizinha de Mario Campos, onde uma passarela de pedestres corta as águas escuras, muita gente se debruça, com tristeza, sobre o leito e se questiona se o rio voltará a ter vida rumo ao São Francisco e ao Oceano Atlântico.

Punição exemplar

O governador Romeu Zema (Novo) sobrevoou a cidade de Brumadinho novamente. Segundo ele, haverá “punição exemplar” a todos os envolvidos. O chefe do Executivo estadual também disse que fará “todas as cobranças para que os afetados sejam ressarcidos de forma rápida”, diferentemente do que aconteceu com os atingidos de Mariana.

Zema sobrevoou a área atingida pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão. Também foi, de carro, à comunidade do Parque da Cachoeira, onde conversou com uma família atingida.

"Fazemos algumas perfurações de modo que o cheiro chegue à superfície. Assim, os cães conseguem identificar se existem corpos embaixo"

Pedro Aihara, porta-voz do Corpo de Bombeiros

"Absolutamente todo o gasto que o governo federal tiver por conta do desastre de Brumadinho é passível de cobrança judicial pela AGU em face da Vale"

André Mendonça, advogado-geral da União

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Renato Souza

Título: União cobrará gastos

O custo do governo com ações logísticas e operacionais em decorrência da tragédia da Vale em Brumadinho será cobrado na Justiça. A Advocacia-Geral da

União (AGU) afirmou que todos os gastos com a mobilização de tropas das Forças Armadas, da Defesa Civil e com equipes dos ministérios serão alvo de ações contra a mineradora.

De acordo com o advogado-geral da União, André Mendonça, podem ser mediados acordos extrajudiciais para ressarcimento dos cofres públicos. “Absolutamente todo o gasto que o governo federal tiver por conta do desastre de Brumadinho é passível de cobrança judicial pela AGU em face da Vale. Então, toda a mobilização do Exército, da Defesa Civil, dos ministérios da Saúde e do Meio Ambiente vai ser computada e será passível de cobrança judicial por parte da União, das autarquias e fundações em relação à empresa Vale”, disse.

Na manhã de ontem, uma comitiva da AGU — integrada pelo procurador-geral da União, Vinícius Torquetti, pelo procurador-geral Federal, Leonardo Silva Lima Fernandes, além de André Mendonça — visitou a região de Brumadinho atingida pela lama. O grupo também se reuniu com o governador do estado, Romeu Zema, e com o prefeito de Brumadinho, Avimar de Melo.

Ao se encontrar com autoridades locais, os membros da AGU foram informados de que a ação que solicitou na Justiça que as empresas de telefonia entregassem dados sobre a localização dos celulares das vítimas ajudou nos resgates. As informações sobre a geolocalização dos aparelhos no momento da tragédia possibilitaram ou a localização do refeitório.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Gabriel Ronan

Título: Vale instala filtro no rio

Com dois dias de atraso, a mineradora Vale instalou, ontem, a primeira membrana de retenção de rejeitos no rio Paraopeba. Equipes colocaram o equipamento próximo à captação de água da cidade de Pará de Minas, a cerca de 40 quilômetros de Brumadinho, onde houve o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão. A previsão da empresa é de que outras duas barreiras sejam instaladas hoje. Trata-se de uma medida preventiva para garantir que o abastecimento de água de Pará de Minas não seja prejudicado. Os rejeitos, entretanto, chegaram à cidade na última quarta-feira, segundo técnicos do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), que sobrevoaram a área em helicóptero da Polícia Militar (PM).

A alternativa escolhida pela Vale para impedir danos maiores ao meio ambiente utiliza uma membrana no leito do rio, que tem como objetivo buscar reter os sedimentos. A película tem 30 metros de comprimento e profundidade entre dois a três metros. A estrutura funciona como um tecido filtrante, evitando a dispersão das partículas sólidas oriundas da barragem, como argila, silte, matéria orgânica etc. Essas substâncias provocam a turbidez da água, isto é, a alteração da transparência do rio.

A membrana de retenção faz parte do plano de emergência apresentado na quarta-feira pela empresa ao Ministério Público e aos órgãos ambientais. Nele, a Vale divide a área atingida em três trechos. O primeiro está no entorno da barragem que se rompeu, enquanto o segundo intervalo, de 30 quilômetros de extensão, compreende o leito do Rio Paraopeba entre Brumadinho e Juatuba. O terceiro fragmento é o maior: 170 quilômetros, entre Juatuba e a Usina de Retiro Baixo, entre os municípios de Curvelo e Pompéu, na região central do estado. O aparato instalado ontem foi colocado justamente nesta última passagem, a qual, segundo a Vale, tem potencial de receber os sedimentos ultrafinos.

“A fim de manter a verticalidade das cortinas antiturbidez, há correntes metálicas na borda inferior (na parte imersa), não permitindo que o fluxo do rio faça a cortina subir até a superfície da água. Já o elemento flutuante utilizado é uma boia cilíndrica, que pode ser utilizada para conter o avanço de elementos suspensos na água”, informou a empresa, em nota.

Em boletim divulgado na última quinta-feira, o Igam informou que há metais pesados no rio Paraopeba. Segundo o órgão, se verificou quantidades até 21 vezes maiores que o limite permitido dos elementos químicos chumbo e mercúrio.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Mateus Parreiras

Título: O sistema por trás do resgate

Em volta de escavadeiras anfíbias, no meio dos rejeitos, bombeiros militares rastejam à procura de corpos ou sobreviventes. Do alto, entregando ferramentas e suprimentos, procurando sinais de atingidos e transportando vítimas, helicópteros da Polícia Militar de Minas Gerais integram uma esquadra de 17 aeronaves operando das 6h às 21h. Todo o complexo trabalho de resposta desde o rompimento da Barragem 1 da Mina do Córrego do Feijão, em

Brumadinho, emana de decisões tomadas no Sistema de Comando de Operações montado na Faculdade Asa de Brumadinho.

Os três andares da instituição foram ocupados por forças e serviços públicos de todas as áreas de atuação e estruturas de esfera federal. Nas salas de coordenação, o Serviço Geológico do Brasil/Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) demarcou os 270 hectares devastados pela catástrofe. O mapeamento por satélite permitiu dividir a área de busca em 45 setores. “Todos os órgãos estão dedicados ao máximo para que tenhamos êxito. Faremos um planejamento de vários dias e a previsão é de que, ao longo do tempo, com a lama se estabilizando, mudemos as técnicas e possamos traçar um panorama mais realista. O Corpo de Bombeiros não descarta o encontro de pessoas com vida”, diz o chefe do Estado-Maior da corporação, coronel Erlon Dias do Nascimento Botelho.

O sistema é fundamental para ganhar tempo e com isso resgatar mais pessoas com vida, afirma o tenente-coronel Flávio Godinho, coordenador da Defesa Civil de Minas Gerais. “Todos os órgãos envolvidos na crise têm uma cadeira no centro e isso facilita tudo. Por exemplo, houve uma tempestade em que árvores desabaram sobre a rede elétrica. Como tínhamos gente da Cemig, a resolução foi mais rápida”, exemplifica.

Perímetros

Uma das primeiras corporações a assumir a área de resgates foi a Polícia Militar de Minas Gerais, o que permitiu o sucesso de várias operações de segurança, segundo o comandante-geral da corporação, Coronel Giovanne Silva. “Ajudamos a estabelecer os três perímetros de segurança: quente, morno e frio (do mais perigoso ao menos arriscado). Traçamos estratégias para remover a população e mantê-la afastada, até porque havia risco iminente de novos rompimentos. Quando a Vale informou que a barragem que restou no complexo estava com ameaça de rompimento, tivemos de evacuar quatro bairros de Brumadinho”, conta.

O primeiro piloto a chegar para a coordenação da operação Asas por Brumadinho foi o tenente-coronel Carlos Júnior, apenas uma hora e 40 minutos após o rompimento da Barragem B1. “Ajudamos a aglutinar os recursos das forças estaduais e federais. Numa catástrofe como essa, é fundamental lançar todos os nossos recursos e esforços nas primeiras 36 horas, para conseguir resgatar sobreviventes. Usamos inclusive óculos de visão noturna. Conseguimos resgatar pessoas em matas assim”, diz o oficial, com mais de 22 anos de aviação e 4,5 mil horas de voo.

A primeira força a impedir que, em meio ao desespero dos atingidos, houvesse

saques criminosos foi a Polícia Militar Rodoviária (PRF). “Garantimos a segurança dos acessos aos pontos atingidos, mantivemos a segurança das comunidades, evitando focos de criminalidade, como saques a residências”, destaca o coronel Ledwan Salgado Cotta, do Policiamento de Trânsito.

Mais de 4,8 mil pousos e decolagens

Todas as aeronaves disponíveis foram acionadas, de acordo com o comandante do Comando de Aviação do Estado (Comave), coronel Rodrigo Sousa Rodrigues. “Pela característica do ambiente, não era possível o acesso por um terreno que não era exatamente nem líquido nem sólido. As aeronaves passaram a ser essenciais, por poderem pairar para transportar equipamentos e pessoal.” O Comave coordenou e executou mais de 4,8 mil pousos e decolagens, em mais de 500 horas de voo, até ontem.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/02/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Exercícios diários de perícia

Vasculhando as margens de um rio de lama com barro na altura dos joelhos, 12 resgatistas das brigadas da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda) e do povoado de Casa Branca procuram por sinais de vida na região onde ficava a pousada Nova Estância. A construção foi arrasada pelo rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho. Naquele sábado, segundo dia de buscas, um helicóptero surgiu por trás de uma curva e o piloto da aeronave Pégasus, da Polícia Militar de Minas Gerais, ao avistar o trabalho das equipes em solo, manobrou de forma rápida e precisa, deixando o helicóptero de lado.

O tripulante operacional que estava do lado externo, em pé sobre os esquis, gesticulou para que todos abandonassem os trabalhos e fugissem para o alto dos morros. Além de resgatar sobreviventes e corpos, o trabalho das tripulações das aeronaves inclui o apoio direto às equipes de solo. “Muitas vezes, nas operações de resgate, é preciso orientar o piloto sobre a aproximação de obstáculos como fiações, antenas, torres, árvores, drones que podem estar nas proximidades”, explica o sargento Sérgio Natalino.

O militar atua há 13 anos na função e foi responsável por remover da lama e levar para o hospital Alessandra Paulista de Souza, 42 anos, que, depois, se reencontrou com a irmã, Talita Cristina de Oliveira Souza, 15. A filha dela, Laís de Souza, 14, continua desaparecida. O resgate obrigou o militar a receber a

mulher de um bombeiro que atuam na região, enquanto o helicóptero ainda pairava. “Nessa posição, somos os olhos do piloto”, conta.

Não há como conversar dentro da aeronave, devido ao ruído extremamente alto do giro das pás dos rotores. Por isso, as informações e as orientações que a tripulação troca precisam ser transmitidas por fones de ouvido com microfones. A outra forma é por gestos. O tripulante responsável por ficar na porta da aeronave sinaliza para indicar direções, esticando os braços, sempre fazendo referências aos ponteiros do relógio. “Quando sinalizo três horas, me refiro a algo que está à direita. Seis horas, bem atrás de nós”, explica.

Os militares da tripulação que ficam na porta são também aqueles responsáveis por se comunicar com equipes de socorro em solo e com pessoas em áreas ameaçadas. “Fazemos gestos sobretudo, para alertar sobre perigos, indicando que as pessoas devem se afastar e para qual direção devem ir”, emenda.

As dificuldades dos pilotos também são grandes. “É um processo muito complexo, por envolver diversas aeronaves voando simultaneamente em um mesmo local. Já enfrentamos chuvas fortes aqui, inclusive com queda de granizo, o que reduz nossa visibilidade. Tanto o nascer quanto o pôr do sol também atrapalham nossa visão. Além disso, encontramos muita fiação na altura em que precisamos voar”, detalha o major Flávio Barreto, comandante da equipe Pégasus 08.

240

bombeiros atuam na região

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/02/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Mensagens reforçam tristeza

Há mais de uma semana, parentes e amigos de vítimas e desaparecidos da tragédia da barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho, aguardam um retorno que não acontece. Com celular nas mãos, eles se emocionam ao rolar a barra de mensagens. Os últimos contatos são palavras de amor, de agradecimento a Deus ou planejando um encontro com os amigos no fim de semana que viria. O fim de semana não veio para os mais de 121 mortos e 226 desaparecidos.

Para pouco mais de 90 mortos identificados, resta a dor dos familiares que velam e sepultam os entes queridos cujas vidas foram tragadas pelos cerca de 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos que vazaram da área da mineradora. Para os familiares dos desaparecidos, resta um fio de esperança. À espera de um milagre, não se separam dos celulares.

Muitos funcionários costumavam ligar para os parentes na hora do almoço. Naquela sexta-feira, a ligação também aconteceu, o que causou estranheza. “Ele ligava na hora do almoço e eu estava esperando”, conta Nayara Cristina Dias, esposa do desaparecido Everton Lopes Ferreira. A barragem se rompeu pouco depois das 12h, hora em que a área do refeitório registrava grande fluxo — um dos primeiros pontos a serem engolidos pela lama.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/02/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Morte de uma guerreira

“Para ter inimigos, não é preciso declarar guerra, basta que se diga a verdade.” Era assim que Sirlei de Brito Ribeiro, 48 anos, se definia no status do WhatsApp. A mulher inquieta, incisiva e muito inteligente sempre se empenhou ativamente nos trabalhos pela comunidade do Córrego do Feijão. No dia da tragédia, há suspeita de que ela tenha voltado para a casa para buscar Bibi, a cadelinha da raça Lhasa Apso, pela qual a professora era apaixonada. O Corpo de Bombeiros a encontrou abraçada com o animalzinho.

Sirlei morava com o marido, o engenheiro geólogo Edson Luiz Albanes, 64, em uma grande casa cercada de animais. Pavão, marreco, cachorro, papagaio, arara e galinhas ornamentais eram alguns dos que ocupavam o jardim que foi tomado pelo mar de lama em 25 de janeiro. Secretária municipal de Desenvolvimento Social de Brumadinho, coordenadora do curso de direito da Faculdade Asa e advogada, ela não tinha filhos. Nasceu na cidade, mas cresceu no Córrego do Feijão — onde o pai trabalhava na área de mineração. Vivia uma vida muito simples, na zona rural.

A mãe foi a grande referência de Sirlei, que cresceu seguindo os seus passos e se tornou um “exemplo de doação”, como a definem os amigos. “Ela queria abraçar todos os problemas do mundo”, contou o marido, que a conheceu há 13 anos. Desde jovem, lutava inquietantemente pelos direitos dos moradores

do local. “Revitalizou o cemitério, a igreja e o campo. Além do mais, colocou nome nas ruas — que até então não eram identificadas — e lâmpadas em poste.

Ela era uma pessoa muito lúcida e inteligente para entender que a indústria da mineração é importante para o município. O que fazia era a negociação com as partes. “O objetivo não era ir contra, era trabalhar junto”, contou o marido. Seja pelos caminhões que colocavam as pessoas do Córrego do Feijão em risco por conta da velocidade, seja pela poeira que afetava a saúde da população, ela buscava diminuir o impacto da mineração na cidade que tanto amava. “Era uma mulher dura, mas sempre se relacionou muito bem com os representantes da Vale”, afirmou.

A secretária municipal estava de férias, dia 25 seria o último dia de folga, e Sirlei estava em casa. Edson contou que saiu de casa, por volta das 11h, para uma reunião de trabalho em Belo Horizonte, e convidou a mulher para acompanhá-lo. “Ela não quis ir, tinha afazeres”, lembrou o marido. Lá, ficaram Sirlei, o jardineiro e uma empregada da casa.

“Que barulho é esse?”, perguntou Sirlei ao jardineiro. O funcionário, que trabalha há mais de 10 anos com o casal, contou a Edson que ouviu a professora perguntar, tirou os protetores de ouvido que usava enquanto aparava o jardim e viu as árvores se movimentando. Aos gritos, alertou a patroa: “Corre, doutora, corre!” O jardineiro e a doméstica fugiram juntos. Sirlei ficou. Cinco dias depois da tragédia, o corpo dela foi encontrado pelo Corpo de Bombeiros.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/02/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Velocidade impediu alerta

A Vale divulgou nota ontem esclarecendo que o sistema de alerta sonoro, em caso de rompimento de barragem, é acionado manualmente, a partir de um Centro de Controle de Emergências e Comunicação, com funcionamento 24 horas por dia, que fica localizado fora da área da mina. “Pelas informações iniciais, que estão sendo apuradas pelas autoridades, devido à velocidade com que ocorreu o evento, não foi possível acionar as sirenes relativas à Barragem 1. As causas continuam sendo apuradas”, afirma a mineradora.

A empresa destaca que a estrutura que rompeu em Brumadinho (MG) estava inativa desde 2016 e possuía todas as declarações de estabilidade aplicáveis,

pois passava por constantes auditorias externas e independentes. “Havia inspeções quinzenais, reportadas à Agência Nacional de Mineração, sendo a última datada de 21 de dezembro de 2018.”

Segundo a Vale, a barragem passou também por inspeções em 8 e 22 de janeiro deste ano, com registro no sistema de monitoramento da Vale. Foram realizados ainda um simulado externo de emergência em 16 de junho de 2018, sob coordenação das Defesas Civas e com o apoio da Vale, e um treinamento interno com os empregados em 23 de outubro de 2018.

Rota de fuga

A mineradora afirma ainda que a rota de fuga prevista no Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM) foi executada e que o treinamento interno com empregados foi realizado em outubro de 2018.

A Vale informa também a presença de dutos para drenagem de água é medida padrão para garantir a segurança de barragens e trata-se, portanto, de procedimento rotineiro, utilizado mundialmente. “No caso específico da Barragem 1, além dos já existentes, foram instalados, em 2018, drenos adicionais como medida complementar antes do início do processo de descomissionamento. Cabe lembrar que se tratavam de medidas preventivas, dado que os laudos técnicos indicavam a total estabilidade da estrutura”, atesta a companhia.

A empresa voltou a falar que a presença de profissionais em barragens, mesmo inativas, em todo o mundo, faz parte das medidas rotineiras e dos procedimentos de segurança e manutenção das estruturas. “No caso das imagens veiculadas pela mídia, referentes ao momento exato do rompimento da Barragem 1, os profissionais que aparecem nas imagens na área da barragem estavam realizando tarefas rotineiras”, diz. Conforme a mineradora, uma das atividades executadas era a coleta de dados para atender ao cumprimento de requisitos legais, como determina a Agência Nacional de Mineração. “É importante ressaltar que a Barragem I não estava em obras”, finaliza a companhia.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/02/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Medidas atrasadas

Visão do Correio

A tragédia de Brumadinho causada pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, provocando a morte de mais de 100 pessoas — mais de 200 continuam desaparecidas —, poderia ter sido evitada. Isso se medidas preventivas agora anunciadas pela mineradora Vale, responsável pela estrutura que se rompeu, fossem adotadas depois de catástrofe análoga ocorrida em Mariana, há três anos e dois meses, com o estouro da Barragem do Fundão, quando 19 pessoas perderam a vida e o mar de lama provocou gravíssimos danos ambientais em Minas Gerais e Espírito Santo.

Ao revelar que vai paralisar dois complexos minerários em Minas e reintegrar ao meio ambiente 10 represas, em um processo conhecido como descomissionamento, a mineradora informou que a desativação das lavras se dará num prazo de cerca de três anos, justamente o período de tempo que separa o desastre de Mariana e o de Brumadinho. Se medidas de segurança tivessem sido tomadas logo após a tragédia da Barragem do Fundão, provavelmente a represa do Córrego do Feijão já estaria desativada e reintegrada ao meio ambiente, quando toda a estrutura se rompeu, liberando um mar de lama de 13 milhões de m³ de rejeitos de minério de ferro.

Mais grave, ainda, é o fato de que a empresa tinha conhecimento dos sérios riscos de desmoronamento da barragem em Brumadinho, o que evidencia a negligência com a segurança dos moradores do entorno e com os próprios funcionários, além de ignorar as questões ambientais. Documento elaborado pela mineradora prevê as consequências em caso de rompimento da estrutura da Mina Córrego do Feijão, o que mostra que a companhia tinha pleno conhecimento de que, em caso de desabamento da represa, áreas industriais do complexo seriam destruídas, incluindo o restaurante e a administração, onde se encontrava grande parte dos mortos e desaparecidos no momento do desmoronamento.

Qualquer leigo poderia constatar o perigo que corriam as instalações atingidas pela onda de lama que alcançou 10 metros de altura. Estavam localizadas logo abaixo da represa, e a empresa nada fez, mesmo sabendo que corriam perigo em caso de desastre. A mineradora também falhou com o sistema de alarme montado na localidade. Se tivesse funcionado a contento, mesmo que não fosse capaz de salvar os trabalhadores que estavam mais perto da barragem por causa da velocidade do deslocamento da lama, provavelmente quem estivesse mais distante teria tempo de se refugiar em locais mais altos.

A catástrofe de Brumadinho talvez não tivesse ocorrido se houvesse mais rigor no licenciamento e controle da mineração, com uma legislação mais dura no

tocante à construção de estruturas de contenção de rejeitos. Houve tentativas no âmbito do Poder Legislativo, tanto federal quanto estadual, mas o poder do lobby do setor minerário falou mais alto. Leis mais rigorosas continuam engavetadas no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa de Minas. Que a dor dos que perderam entes queridos e os danos irreparáveis ao meio ambiente possam sensibilizar os parlamentares para que leis mais rigorosas passem a reger as atividades de mineração no país. A sociedade brasileira não aceitará testemunhar uma terceira tragédia como as de Mariana e de Brumadinho.

MME / ASCOM .